

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DA
GAMMA- Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS	4
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	5
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE	19
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	20
FUNDOS PRÓPRIOS	21
PERSPETIVAS PARA 2024	21
FACTOS RELEVANTES APÓS O TÉRMINO DO EXERCÍCIO	22
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	22
NOTA FINAL	23
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO - Estrutura e Práticas de Governo Societário	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
RELATÓRIOS E PARECERES	85

O presente documento constitui uma versão não oficial e não auditada do Relatório e Contas da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. referente ao exercício de 2023, publicado no site da CMVM em formato ESEF no dia 30 de abril de 2024. Sendo uma cópia da referida informação financeira destina-se à divulgação através do site do Santander Portugal. Em caso de discrepância, prevalece a informação divulgada no site da CMVM.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais, vem o Conselho de Administração submeter à aprovação de V. Exas. o relatório de gestão, bem como as demonstrações financeiras e o respetivo anexo às contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

A 31 de dezembro de 2023, os órgãos sociais da Sociedade eram compostos pelos seguintes membros:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: António Maria Pinto Leite;

Secretário: Secretário da Sociedade;

Conselho de Administração:

Presidente: Alexandra Manuel de Almeida Gomes;

Vogal: José Fernandes Caeiro;

Conselho Fiscal:

Presidente: José Duarte Assunção Dias;

Vogais: Henrique Salema de Carvalho e Silva;

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni;

Suplente: José Luís Areal Alves da Cunha;

Revisor Oficial Contas: PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada por José Manuel Henriques Bernardo.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Economia Internacional

A atividade económica global, em 2023, foi dominada pelo contexto de inflação elevada e pela posterior normalização da política monetária.

Em 2022, a inflação atingiu máximos de mais de 3 décadas (acima dos 10% na zona euro e nos EUA), em resultado da combinação dos vários choques que afetaram a economia mundial, nomeadamente a pandemia e subsequentes respostas de política económica (estímulos monetários e orçamentais), posteriormente agravados pela guerra na Ucrânia, na sequência da invasão pela Federação Russa.

Para combater os riscos inflacionistas, os principais bancos centrais executaram um processo de subida das taxas de juro de referência que consubstanciou um dos ciclos monetários mais pronunciados e rápidos desde o início dos anos 1980.

Este substancial endurecimento da política monetária, combinado com os efeitos de base relacionados com a recuperação pós-pandémica e com a guerra ainda em curso, contribuiu para uma desaceleração da economia mundial, embora de forma diferenciada entre os principais blocos económicos.

Observou-se, assim, uma dinâmica diferenciada entre economias avançadas e em desenvolvimento e, mesmo dentro das primeiras, o ciclo económico evoluiu de forma diferenciada, com a zona euro a ser mais afetada pelo contexto de guerra.

Por outro lado, a atividade registou dinâmicas distintas nos dois semestres de 2023, com uma maior resiliência no decurso do primeiro semestre, beneficiando da evolução no setor dos serviços e, em particular, do turismo. A reabertura plena das economias, que ocorreu gradualmente ao longo de 2022, assim como a alteração dos padrões de consumo, em favor dos serviços, permitiu que estes retomassem a tendência pré-pandémica, assim sustentando a atividade económica global.

No segundo semestre, já foram mais visíveis os efeitos do significativo endurecimento das condições monetárias entretanto implementado pelos bancos centrais. Esses efeitos foram, também, diferenciados, com maior impacto na zona euro.

Esta evolução económica está materializada na atualização de janeiro de 2024 das estimativas do Fundo Monetário Internacional.

Apesar de, em 2023 a economia mundial ter desacelerado face a 2022 (por dissipação de efeitos da recuperação pós-pandémica), o crescimento foi mais forte do que o antecipado, com a exceção da zona euro. A economia mundial terá, assim, crescido cerca de 3,1%, abaixo da sua tendência de longo prazo, mas com uma revisão em alta de 0,1pp face ao cenário de outubro de 2023, e que foi similar para as economias avançadas e para as economias em desenvolvimento. Contudo, e como referido, houve diferenças entre as economias desenvolvidas.

Por outro lado, o processo de desinflação ocorreu mais rapidamente, com a inflação a desacelerar significativamente no segundo semestre de 2023, em reação à intervenção dos bancos centrais, assim como à correção dos preços da energia, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2% definido pelos principais bancos centrais (EUA, zona euro e Reino Unido).

Crescimento Económico Mundial

	2022	2023	2024P
Mundo	3,5	3,1	3,1
Países Avançados	2,6	1,6	1,5
EUA	1,9	2,5	2,1
UEM	3,4	0,5	0,9
Reino Unido	4,3	0,5	0,6
Japão	1,0	1,9	0,9
Países em Desenvolvimento	4,1	4,1	4,1
África	4,0	3,3	3,8
Ásia	4,5	5,4	5,2
China	3,0	5,2	4,6
Europa de Leste	1,2	2,7	2,8
Médio Oriente	5,5	2,0	2,9
América Latina	4,2	2,5	1,9
Brasil	3,0	3,1	1,7

Fonte: FMI (janeiro de 2024)

Nos EUA, o PIB cresceu 2,5%, em média anual, com uma aceleração do ritmo de crescimento ao longo do ano.

O consumo privado foi o principal motor do crescimento, refletindo a normalização da atividade no pós-pandemia, com um maior consumo de serviços, em detrimento de bens não duradouros (que inclui alimentação).

A resiliência da despesa das famílias esteve muito alavancada na solidez do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a permanecer abaixo de 4%, assente em criação sustentada de emprego (em média, 255 mil novos empregos por mês), embora abaixo do ritmo de 2022. A menor pressão do lado da procura contribuiu para uma ligeira desaceleração dos salários, o que, por sua vez, contribuiu para uma diminuição das pressões inflacionistas.

Em resultado, a inflação desacelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, para 3,3% em dezembro de 2023, refletindo em grande medida a evolução dos preços da energia. A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou de forma mais moderada, para 4.6% em dezembro de 2023, refletindo a solidez do mercado laboral e o dinamismo do setor dos serviços.

A Reserva Federal manteve uma política monetária restritiva, elevando a taxa dos *Fed funds* para o intervalo 5.25% -5.50%, o que consubstancia uma subida total de 525pb nas taxas de juro de referência, desde que o ciclo se iniciou em março de 2022.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Na China, a atividade económica acelerou, mas a economia cresceu mais lentamente do que antes da pandemia, em "apenas" 5,2%, sendo necessário recuar ao início dos anos 1990 para observar taxas de crescimento mais baixas. A China continua afetada por uma série de problemas relacionados com o setor imobiliário, em especial residencial, com a falência de algumas entidades de relevo, que podem afetar a confiança dos agentes económicos, em especial das famílias. Por outro lado, a reorientação das cadeias globais também está a afetar o comércio internacional.

No Japão, o PIB terá crescido 1,9% em 2023, alicerçado na recuperação pós-pandémica ao nível do consumo privado, e complementado pela depreciação do iene e pelo investimento em infraestruturas. Apesar da aceleração da inflação acima de 2%, o Banco do Japão manteve a sua política monetária expansionista.

No Reino Unido, a atividade desacelerou de forma pronunciada, com o PIB a crescer 0,5% em 2023. A dissipação dos efeitos da recuperação pós-pandémica, a elevada inflação e a resposta em termos de política monetária, com uma subida pronunciada das taxas de juro (em mais de 500pb, para 5,25%), resultaram numa recessão técnica no segundo semestre de 2023. O desemprego, contudo, manteve-se em redor de 4,0%, colocando alguma pressão sobre os salários, pelo que a inflação desacelerou, mas de forma mais moderada do que noutros países, situando-se em 4,0% no final do ano.

Na zona euro, a atividade também desacelerou de forma pronunciada, com um crescimento de 0,5% em 2023, refletindo os vários choques a que a economia esteve sujeita nos últimos anos. Apesar das diferenças entre países, com a Alemanha a ser o elo mais fraco, a zona euro, no seu conjunto, conseguiu evitar uma recessão técnica.

A região continuou a ser afetada pela guerra em curso na Ucrânia, fruto da continuação da ofensiva militar pela Rússia, apesar de ter sido capaz de substituir os fornecimentos de energia da Rússia por outras fontes. Contudo, os preços da energia foram estruturalmente mais elevados do que no passado, com impacto adverso sobre a atividade. Adicionalmente, a Alemanha foi afetada pelo fraco crescimento na China, que é um importante parceiro comercial.

Apesar da desaceleração da atividade, o mercado de trabalho permaneceu, à semelhança do que ocorre noutros países, bastante dinâmico, com uma descida da taxa de desemprego para um mínimo de 6,4%, beneficiando de um crescimento do emprego em 1,3%, em termos homólogos.

A inflação desacelerou, ao longo do ano, para 2,9% em dezembro, a um ritmo mais rápido do que o antecipado, embora permanecendo ainda acima do objetivo de 2,0% definido pelo Banco Central Europeu. Esta desaceleração decorreu, também, da descida dos preços da energia e da moderação dos preços da alimentação, mas beneficiou igualmente de medidas públicas de apoio, em alguns países (como a redução das taxas de IVA ou sua isenção para alguns bens e/ou serviços essenciais).

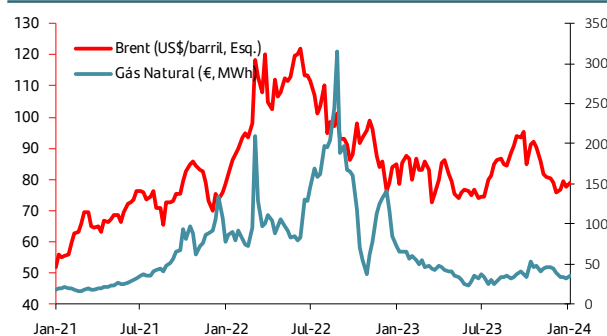
A inflação subjacente, que exclui alimentação e energia, desacelerou mais moderadamente, para 3,9%, em resultado das condições no mercado de trabalho, e dos aumentos salariais mais elevados, embora ainda sem cobrir plenamente o impacto sobre o poder de compra das famílias.

O Banco Central Europeu subiu as taxas de juro de referência em seis ocasiões, num total de 200pb em 2023 (e de 450pb desde que o ciclo se iniciou em meados de 2022), elevando a taxa de depósito para 4,0% e a taxa de refinanciamento para 4,5%.

2023	PIB	Inflação
UEM	0,5	5,4
Alemanha	-0,3	6,0
França	0,9	5,7
Espanha	2,5	3,4
Itália	0,6	5,9

Fonte: CE (fevereiro 2024)

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Os preços das matérias-primas, em especial energéticas, desceram ao longo do ano, apesar da continuação da guerra na Ucrânia e de, em outubro, o ataque do Hamas a Israel ter originado um novo conflito no Médio Oriente, que causou uma subida de preços, posteriormente revertida.

Os efeitos da desaceleração da atividade económica dominaram, apesar de a OPEP ter anunciado vários cortes na produção, no sentido de estabilizar os preços do petróleo.

Como referido, os bancos centrais das principais economias desenvolvidas mantiveram uma política monetária claramente orientada para o controlo das pressões inflacionistas, tendo continuado a subir as taxas de juro, embora a um ritmo mais gradual do que no ano de 2022. Ao longo do ano, foram várias as discussões sobre a taxa terminal e o ritmo a que a ela se chegaria.

A partir do final do verão, as autoridades monetárias estabilizaram as taxas de juro, avaliando o grau de desaceleração da inflação que já se observava, de forma relativamente generalizada.

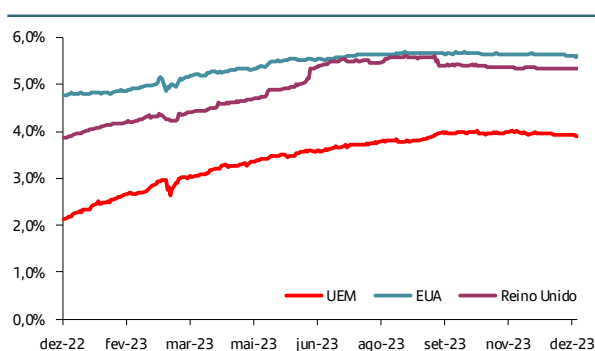
GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo acompanharam a dinâmica das taxas de juro de referência, com uma subida, mas que foi mais visível até ao verão de 2023. A partir dessa data, as taxas estabilizaram, para iniciar uma ligeira tendência descendente no final do ano, em especial nos prazos dos 6 e 12 meses.

Com efeito, uma vez concluído o ciclo de subida de taxas de juro, o consenso de mercado começou a antecipar quando se iniciaria o novo ciclo de descida, mas com os bancos centrais a reafirmarem a sua mensagem de que a fase seguinte do ciclo de política monetária ocorrerá apenas com a confirmação de que a inflação efetivamente convergiu para o objetivo de 2,0%.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Estas expectativas, de reversão da política monetária, foram mais visíveis sobre a evolução das taxas de juro de longo prazo, que começaram a descer a partir de outubro, assim revertendo a tendência observada durante a maior parte do ano.

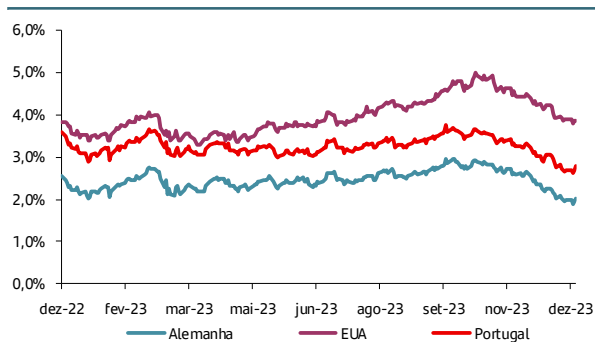
Em março de 2023, as yields subiram, principalmente devido ao foco de instabilidade associado à falência de vários bancos regionais nos EUA, a que se seguiu a venda do Credit Suisse à UBS.

A rápida subida das taxas de juro pelos bancos centrais, em especial nos EUA, traduziu-se num conjunto de perturbações em várias instituições bancárias, que tinham descurado a adequada gestão de riscos, nomeadamente a gestão de ativos e passivos (ao terem o seu balanço exposto a ativos de taxa fixa num contexto de subida de taxas) e a gestão de liquidez (ao financiarem o ativo, com maturidades longas, através de depósitos voláteis). Em resultado, nos EUA, ocorreram três intervenções em bancos, de grande dimensão: Silicon Valley Bank, Signature Bank e, já em maio, o First Republic Bank, que estava a sofrer uma saída desordenada de depósitos.

Igualmente no final de março, os problemas que há muitos anos afetavam o Credit Suisse conduziram à intervenção das autoridades suíças e à venda do banco à UBS. O facto de os detentores de dívida *Additional Tier 1* (AT1) terem visto o *write-down* permanente das suas exposições (uma especificidade do regime de resolução bancária na Suíça) afetou os mercados *wholesale*, com o seu virtual encerramento durante cerca de duas semanas, sem emissões de dívida, colateralizada ou não, por parte das instituições financeiras europeias.

A partir de meados de abril assistiu-se à progressiva normalização das condições de mercado e, nos EUA, a rápida intervenção das autoridades, permitiu igualmente estabilizar os depósitos nos bancos regionais e locais, que tinham sido os mais afetados.

Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

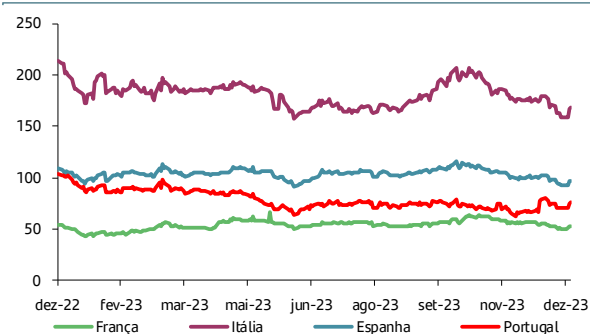
Nos meses seguintes, as taxas de juro subiram, num contexto de inflação ainda elevada, embora em desaceleração, a que, nos EUA, se juntou a discussão sobre a elevação do limite da dívida pública, e os riscos de, na ausência de acordo, os EUA entrarem em incumprimento e conduzir ao encerramento dos serviços não essenciais do Governo federal. O Congresso adiou o problema, mas muito influenciado pelo calendário eleitoral de 2024.

A mais rápida desaceleração da inflação, nos últimos meses de 2023, permitiu uma descida das yields.

Os desenvolvimentos de março não tiveram outro tipo de efeitos de contágio sobre os mercados (como seria o alargamento de spreads entre o core e a periferia da zona euro, por exemplo).

Com efeito, a evolução dos diferenciais de taxas de juro soberanas caracterizou-se por uma relativa estabilidade, num intervalo de flutuação relativamente limitado, durante o primeiro semestre de 2023, que deu lugar, a segunda metade do ano, a um estreitamento dos spreads para os países ditos “periféricos” da zona euro: o spread da dívida italiana a 10 anos face à Alemanha reduziu-se em 45pb e o da dívida espanhola, para o mesmo prazo, em 12pb.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)

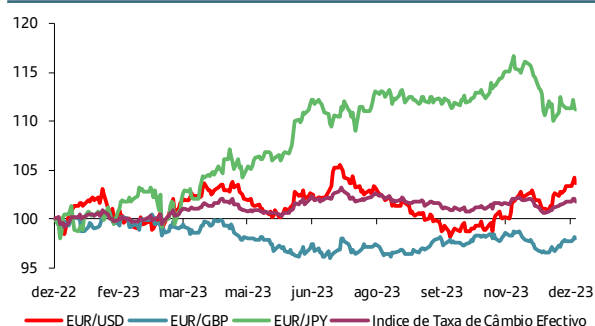


Fonte: Bloomberg

Em Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos desceu ao longo do ano de 2023, num movimento mais pronunciado no último trimestre. A yield desceu 81pb, para 2.79% no final do ano, traduzindo-se numa redução em 28pb do spread face à Alemanha, para 75pb. Igualmente relevante foi a diferenciação entre a dívida pública portuguesa e a espanhola, com o spread entre ambas a ampliar-se em 17pb, a favor de Portugal, para o que muito contribuíram os sucessivos upgrades da notação de risco da República Portuguesa registados em 2023, pelas agências DBRS, Fitch e Moody's.

No mercado cambial, observou-se uma trajetória de apreciação do euro face à generalidade das dívidas, evidenciado na apreciação da taxa de câmbio efetiva (que agrega as divisas dos principais parceiros comerciais da zona euro) em 1,7%, ainda que esse movimento não tenha sido uniforme ao longo do ano. No final do ano, o euro cotava a 1,11 face ao dólar norte-americano (+3,6%), a 87 pb face à libra esterlina (uma depreciação do euro em 2,1%) e a 156,3 ienes por euro (uma apreciação de 11,1%).

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2022 = 100)



Fonte: BCE

Na comparação com o dólar norte-americano, a libra esterlina, apesar da apreciação face ao dólar em 2023 (para 79 pb), permanece em níveis historicamente baixos. O iene japonês, por seu lado, após uma recuperação no início do ano, retomou os mínimos de 1990, terminando o ano nos 141 ienes por dólar.

GAMMA

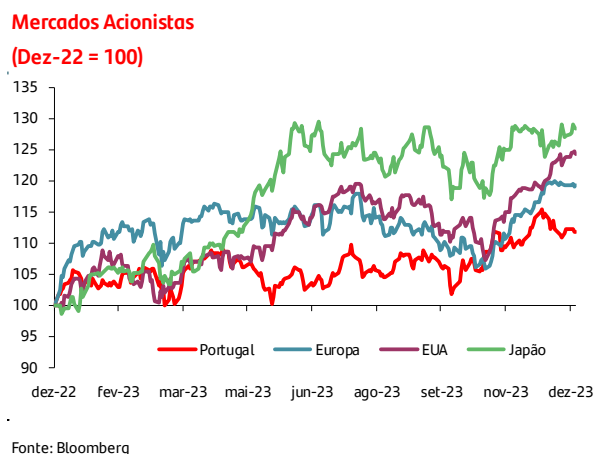
Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Os mercados acionistas tiveram um ano muito favorável, alimentados pelos bons resultados de empresas e pelas expectativas de descida das taxas de juro, que começaram a ganhar relevância no último trimestre do ano.

Em máximos históricos absolutos terminaram os índices norte-americano (S&P500), com uma valorização de 24%, e o britânico (FTSE), apesar de um crescimento muito moderado (3,8%) do que os demais índices.

Em máximos de décadas, destacam-se o índice japonês Nikkei que, com uma valorização de 28%, atingiu um máximo de 1990, e o índice pan-europeu Eurostoxx50, que valorizou 19%, para os máximos desde 2000.

A dinâmica de valorização registou momentos de reversão temporária, em março, quando da resolução de vários bancos nos EUA, e no final do verão, com a discussão sobre o teto da dívida nos EUA.



Em Portugal, o índice PSI registou uma valorização mais moderada, de 12%, para o nível mais elevado desde 2014. Os contributos positivos dos setores da banca, construção e retalho foram parcialmente anulados pelo comportamento da energia.

O ouro valorizou de forma consistente, terminando o ano de 2023 acima dos 2 mil dólares por onça, surgindo como um ativo de refúgio num momento em que as pressões inflacionistas revelavam sinais de moderação.

Economia Portuguesa

O PIB cresceu 2,3% em 2023, beneficiando de uma maior recuperação no final do ano, pois o crescimento nos segundo e terceiro trimestres do ano tinha sido virtualmente nulo.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

O PIB beneficiou, ainda, de efeitos de “carry” relacionados com a recuperação pós-pandémica, que caracterizaram o 1.º trimestre, enquanto no final do ano, as medidas de apoio ao rendimento das famílias implementadas durante o ano (atualizações de salários na função pública e de pensões, por exemplo) suportaram o consumo privado.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente volátil ao longo do ano, com uma virtual estagnação da atividade nos segundo e terceiro trimestres, refletindo os efeitos dos vários choques, em especial da subida das taxas de juro.

De realçar que no 4.º trimestre de 2023 a economia cresceu 0,8% em cadeia (2,2% em termos homólogos), apoiada no consumo privado, assim como no investimento, enquanto as exportações líquidas tiveram um ligeiro contributo negativo para a evolução trimestral.

No conjunto do ano, todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, ao nível da procura interna assim como da procura externa.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022	2023
PIB	5,7	6,8	2,3
Consumo Privado	4,7	5,6	1,6
Consumo Público	4,5	1,4	1,2
Investimento	11,4	3,5	0,8
Exportações	12,3	17,4	4,2
Importações	12,2	11,1	2,2
Inflação média	1,3	7,8	4,3
Desemprego	6,7	6,2	6,5
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,3	0,9
Dívida pública (% do PIB)	124,5	112,4	98,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,0	-0,2	2,7

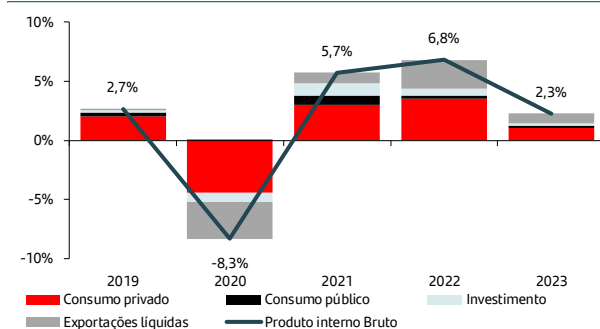
Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

A procura interna contribuiu com 1,4pp para o crescimento, especialmente concentrado no consumo privado, fruto do comportamento do mercado laboral. O consumo público cresceu moderadamente, uma vez dissipado o efeito dos gastos relacionados com a pandemia.

O consumo privado cresceu 1,6% em 2023, uma forte desaceleração face aos 5,6% observados em 2022, muito influenciado pelo impacto da elevada inflação (4.3%) e da pronunciada subida das taxas de juro sobre os orçamentos familiares. Apenas a despesa em bens duradouros cresceu de forma mais visível (+7,1%), com a despesa em bens não duradouros e serviços a crescer apenas 1,1% (1,2% ao nível dos bens alimentares).

Foi visível uma alteração do cabaz de consumo das famílias, com a procura de bens mais baratos, seja pelo consumo de proteínas mais baratas, seja pela diversificação para marcas brancas.

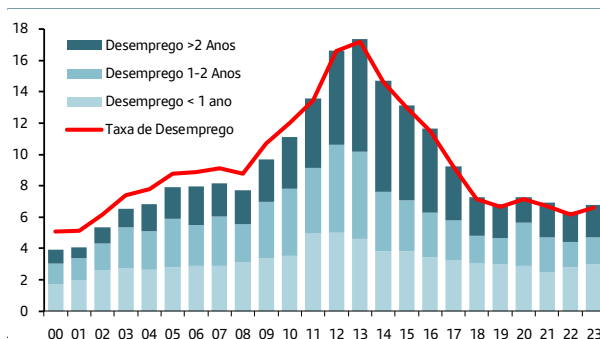
Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

Este ajustamento ao nível da despesa das famílias ocorreu, apesar de o mercado de trabalho se ter mantido dinâmico, com crescimento da população ativa que, na sua maioria, encontrou emprego. Houve um ligeiro aumento do desemprego, mas a taxa de desemprego permaneceu abaixo de 7% (em 6,5%), em 2023, continuando a refletir uma economia a operar no pleno emprego. Os inquéritos às empresas continuaram a reportar a escassez de mão-de-obra como uma das principais restrições à atividade. Em 2023, a remuneração bruta total mensal média por trabalhador aumentou 6,6% face a 2022, ou seja, um aumento real de 2,3%.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

Embora com um valor elevado, o ritmo de crescimento dos preços no consumidor desacelerou, em especial no segundo semestre do ano, situando-se em 4,3%, em média anual (que compara com 7,8% em 2022). A taxa de variação homóloga, em dezembro de 2023, foi de 1,4% (9,6% no período homólogo). A desaceleração refletiu, por um lado, a descida dos preços da energia e, por outro, as medidas de apoio, com destaque para o “IVA zero”, que abrangeu um cabaz de 46 produtos alimentares básicos (e que terminou no final de 2023). Em dezembro, os preços dos bens caíram 0,3% face ao período homólogo.

À semelhança do que se verificou na zona euro, a inflação subjacente desacelerou mais lentamente, situando-se em 2,6% (face ao pico de 7,3% observado em dezembro de 2022), refletindo a evolução dos preços dos serviços, que a dezembro de 2023 cresceram 4,1%.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

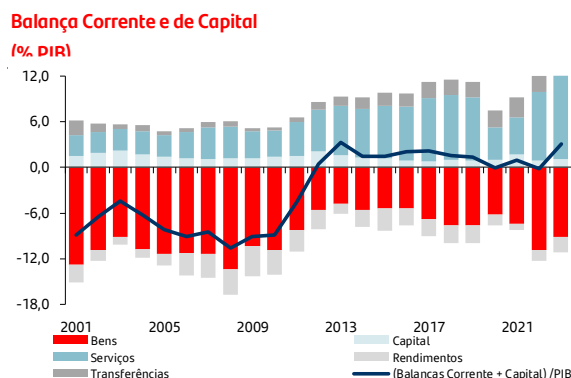
Em 2023, as famílias utilizaram o stock de poupança acumulado durante o período da pandemia – refletido no crescimento dos depósitos junto do setor bancário até ao final de 2022 – para fazer face aos encargos mais elevados, seja pela inflação, seja pelo maior serviço da dívida, mas também para reduzir o endividamento.

O investimento desacelerou fortemente, com um crescimento de apenas 0,8% em 2023. A formação bruta de capital fixo cresceu 2,4%, com um maior gasto em equipamentos de transporte, mas em grande medida anulado por uma contração do investimento em construção. Por outro lado, houve uma redução de stocks, face à maior acumulação observada em 2021 e 2022, tendo um contributo negativo para o investimento total (-1,6pp).

O menor dinamismo da atividade de construção esteve patente na relativa estabilização do número de fogos construídos (que permanece em níveis historicamente baixos, em redor de 20 mil novos fogos), assim como na lenta execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2024) representavam 17% do envelope financeiro total (que, por sua vez, foi ampliado para 22,2 mil milhões de euros, um acréscimo de 5,6 mil milhões face ao valor inicial). A forte subida dos custos de construção (+3,9% em 2023, mas com um crescimento acumulado de 27% desde 2019) é um fator explicativo relevante para o baixo ritmo de atividade no setor.

As exportações de bens e serviços cresceram 4,2% em 2023, em forte desaceleração face aos 17,4% registados no ano anterior. Esta evolução foi especialmente explicada pela dinâmica das exportações de bens, que praticamente estagnaram (+1,1%), refletindo a desaceleração na Europa e, em especial, do setor industrial na Alemanha. As exportações de serviços cresceram 10,6%, um ritmo muito expressivo, considerando o crescimento de 41% do ano anterior, com a normalização da atividade de turismo no pós-pandemia.

As importações praticamente estagnaram, com um crescimento de 2,2%, em linha com a desaceleração quer da procura interna, quer das exportações.



Fonte: Banco de Portugal, INE

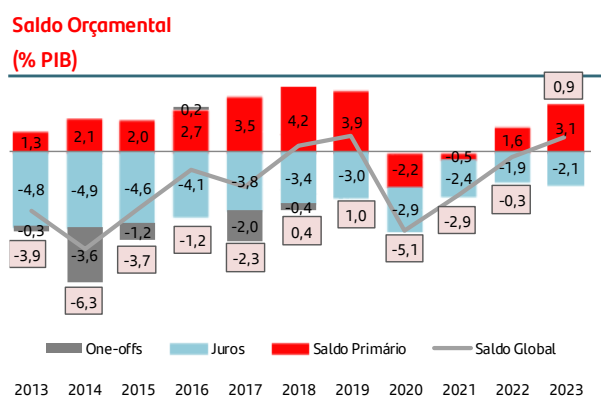
O crescimento das exportações, conjugado com a descida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante contributo para a recuperação do saldo da balança de bens, cujo défice se reduziu para 9,3% do PIB (+1,5pp

face a 2022). Por seu lado, a melhoria da atividade de turismo permitiu uma clara recuperação do saldo da balança de serviços, cujo excedente aumentou em 1,5pp, para 10,5% do PIB.

A balança de capital, que reflete sobretudo os fundos europeus, aumentou o excedente para 1,4% do PIB, por novas transferências no quadro do PRR. Por seu lado, a balança de rendimentos agravou o défice, por maior pagamento de rendimentos de investimento ao exterior.

Em resultado, o saldo da balança corrente e de capital registou um excedente de cerca de 2,7% do PIB, que é o mais elevado desde 2013.

A recuperação da capacidade de financiamento da economia beneficiou muito da evolução das finanças públicas, com as Administrações Públicas a registarem um excedente orçamental de 0,9% do PIB.



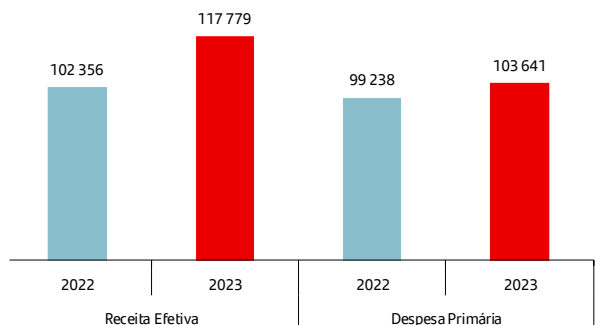
Fonte: Ministério das Finanças

A ainda elevada inflação, conjugada com o crescimento da atividade económica, os aumentos salariais e o crescimento do emprego, permitiu um significativo crescimento da receita fiscal (+11.8%).

Ao nível dos impostos diretos, a receita de IRC cresceu 22,3% e a de IRS 13,6%. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o crescimento da receita de ISP (+14.8%) e do IVA (+10,0% face a 2022, apesar do IVA zero sobre um cabaz de bens alimentares).

A despesa primária cresceu claramente abaixo da receita efetiva (+4,4% vs 15,1%), com o crescimento da despesa com pessoal (+7,5%) e do serviço com a dívida (+3,6%) a ser compensado por menores subsídios (-2,3%) e o controlo das transferências (+0,9%).

Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2023, no primeiro semestre do ano, continuou a observar-se uma forte subscrição líquida de Certificados de Aforro, no montante de 13 mil milhões de euros, que levou o Tesouro a criar uma nova série, com uma taxa de remuneração mais baixa (a taxa máxima passou de 3,5% para 2,5%). Em resultado, as subscrições líquidas reduziram-se significativamente, também com o aumento da taxa de remuneração dos depósitos.

Por aquele motivo, o Tesouro alterou o seu plano de financiamento em 2023, com menores emissões de Bilhetes do Tesouro, assim como de Obrigações do Tesouro. A alteração da remuneração é explicada, também, pelas implicações a médio prazo sobre a estrutura de financiamento do Tesouro, com um peso excessivo do retalho em detrimento do financiamento institucional – os Certificados de Aforro são mobilizáveis ao fim de 3 meses, sem qualquer pré-aviso, além de que a taxa de 3,5% se situava em linha ou mesmo acima da yield a 10 anos.

Fruto do maior peso dos Certificados de Aforro, o custo do financiamento executado em 2023 aumentou para 3,5%, enquanto a maturidade média da dívida pública baixou ligeiramente, para 7,2 anos.

Em resultado do maior crescimento nominal do PIB, por um lado, e da recompra de dívida, no final do ano, o rácio de dívida pública reduziu-se para 98,7% do PIB (-13,7pp face ao final de 2022), o nível mais baixo desde 2009.

O rácio global de endividamento da economia portuguesa situou-se, a dezembro de 2023, em 267% do PIB (-30pp face ao final de 2022), com o setor das sociedades não financeiras privadas a situar-se nos 112% (-10pp) e as famílias nos 56% do PIB (-6pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram novas melhorias na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um notch, para A, pela DBRS, A-, pela Fitch, e A- pela S&P (já em 2024) e em dois *notches*, para A3, pela Moody's.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

O setor bancário português foi claramente influenciado pelo contexto de taxas de juro mais elevadas, tanto ao nível do crédito como dos depósitos.

O saldo global de crédito baixou, em 2023, com menor produção de crédito e um ritmo relativamente elevado de amortizações, com famílias e empresas a utilizarem a sua base de depósitos para o efeito, assim mitigando os impactos da subida das taxas de juro. O crédito ao setor privado baixou 1,6%, fruto de uma redução de 1,4% no crédito à habitação e de 2,6% no crédito a empresas.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos reduziram-se em 2,5%, em 2023. Ao nível dos particulares, os depósitos baixaram 1,5%, embora com alguma transferência para depósitos a prazo, à medida que as taxas de remuneração foram aumentando. Também aumentaram as aplicações em recursos fora de balanço, em particular em fundos de investimento mobiliário. Os depósitos de empresas baixaram em 4,6%.

Apesar do contexto de rápida e pronunciada subida das taxas de juro observada desde meados de 2022, e do facto de os créditos serem maioritariamente a taxa variável, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de *Non-Performing Loans* do sistema a situar-se em 2,9% no final do terceiro trimestre (-0,1pp face ao final de 2022), com uma cobertura por imparidades de 56,3%.

Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2022 (+0,6pp, para 1,3%), enquanto a rendibilidade dos capitais próprios aumentou para um máximo de 14,6% (+5,9pp face ao final de 2022).

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE

A Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sociedade” ou “Gamma”) manteve em carteira no exercício de 2023 as 6 operações de titularização de créditos que se identificam infra, não tendo ocorrido qualquer reembolso antecipado nem a estruturação de novas operações de titularização.

Durante o exercício, a Sociedade procedeu ao recebimento dos montantes devidos a título de capital e de juros pelos devedores cedidos das operações de titularização sob gestão, tendo o valor cobrado ascendido a 631 milhões de euros.

O saldo das obrigações em dívida, em 31 de dezembro de 2023, ascendia aproximadamente a 2.044 milhões de euros, com a seguinte discriminação por operação:

Obrigações em dívida	milhares de euros	
Operações	2023	2022
Atlantes II	89.175	100.220
Atlantes III	171.125	191.524
Atlantes IV	184.868	214.812
Consumer Totta I	586.419	665.930
Hipototta N.º 13	992.512	1.200.483
Fénix	19.977	21.149
	2.044.076	2.394.118

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Verificou-se, assim, uma redução no saldo das obrigações em carteira no montante de 350,04 milhões de euros (-14,62%) em relação ao saldo de obrigações no final de 2022.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2023, o total do ativo líquido ascendia a 2.055 milhões de euros, o que correspondeu a um decréscimo da ordem dos 15% em relação a 2022, com destaque para a evolução das seguintes rubricas:

(milhares de euros)	2023	2022	Variação
Disponibilidades em outras instituições de crédito	224.525	208.671	8%
Ativos financeiros detidos para negociação	7.484	22.404	-67%
Crédito concedido e outros saldos a receber	1.819.885	2.164.066	-16%
Ativos por impostos correntes	2	13	-85%
Outros ativos	3.372	9.474	-64%
Total do Ativo Líquido	2.055.268	2.404.628	-15%

O decréscimo de 15% registado no ativo líquido foi sobretudo justificado pelo decréscimo de cerca de 349 milhões de euros verificado nas diferentes rubricas do ativo, com destaque para o “Crédito concedido e outros saldos a receber” e parcialmente compensado pelo acréscimo registado na rubrica de “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

Por seu turno, o passivo e a situação líquida totalizavam, respetivamente, 2.048 milhões de euros e 7.701 milhares de euros, registando, respetivamente, um decréscimo de 15% e um acréscimo de 5 %.

Do lado do passivo, destaca-se a rubrica de “Responsabilidades representadas por títulos”, com um valor de 2.022 milhões de euros, que corresponde a 98,8% da totalidade do passivo.

A Gamma apresentou um resultado líquido positivo de 371.514,03 euros, o que representou um acréscimo de 89,8% em relação ao período homólogo.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Regista-se que os proveitos totais da Sociedade (centro "Geral") ascenderam a 622.791 euros (+ 69,48% face ao período homólogo) com um contributo de 173.205 euros de "rendimentos de juros" e de 449.586 euros de "rendimentos de serviços e comissões". Por outro lado, os custos operacionais (centro "Geral") tiveram um desagravamento, justificado principalmente pelo decréscimo nas rubricas de "Encargos com serviços e comissões", de "Gastos Gerais Administrativos" e de "Outros Resultados de Exploração", conforme se evidencia no quadro seguinte:

(euros)	2023	2022
Encargos com serviços e comissões	210	36.528
Custos com Pessoal	24.404	25.651
Gastos Gerais Administrativos	106.115	140.760
Outros Resultados de Exploração	18.577	26.257
Provisões líquidas de anulações	0	- 91.326
Depreciações e Amortizações	0	1.190
Imparidades líquidas de ativos não financeiros	0	505
Total	149.306	139.565

FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de dezembro de 2023, os Fundos Próprios da Sociedade cumpriam com o disposto no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de novembro, conforme alterado, e totalizavam aproximadamente 7.701 milhares de euros, conforme se explicita no ponto 22 do anexo às Demonstrações Financeiras.

No final de exercício, a Gamma registava um excesso de fundos próprios da ordem dos 7.217 milhares de euros, o que cria condições para originar novas operações de titularização de créditos.

PERSPETIVAS PARA 2024

No início de 2024 mantém-se um cenário internacional de grande incerteza, devido à turbulência geopolítica, com continuação da guerra na Ucrânia, ao conflito no Médio Oriente e ao bloqueio de estreitos vitais no comércio marítimo internacional.

Nas reuniões de janeiro e de março, o Banco Central Europeu (BCE) manteve inalteradas as taxas de juro diretores, apesar da inflação ter descido de forma acentuada ao longo de 2023, tendo-se fixado, em fevereiro, em 2,6% no conjunto da zona euro.

Esta decisão do BCE teve em conta, por um lado a situação geopolítica, com efeitos na oferta mundial, e, por outro, a pressão interna sobre os preços, por via do aumento dos custos unitários do trabalho e dos lucros das empresas.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Apesar destes constrangimentos, tudo indica que a tendência será de descida das taxas de juro, provavelmente no 2.º semestre de 2024, caso o cenário estimado não se venha a alterar devido a novas frentes de guerra.

As projeções do BCE apontam para um cenário de forte abrandamento económico para a economia da zona euro em 2024, tendo, na reunião de março, sido apontada uma previsão de crescimento de 0,6%.

No que respeita a Portugal, o Banco de Portugal e o Conselho de Finanças Públicas antecipam, de acordo com as projeções recentemente divulgadas, valores de crescimento económico de 2% e de 1,6%, respetivamente.

Tendo a Gamma das 6 operações de titularização sob gestão no presente, 4 operações de crédito imobiliário, salienta-se a continuação em 2024 das medidas mitigadoras do efeito da subida das taxas de juro, possibilitando aos clientes com crédito à habitação, renegociar as condições dos seus créditos, nos termos estabelecidos na legislação em vigor.

Embora se perspetive que a Gamma desenvolva a sua atividade num contexto marcado por instabilidade geopolítica, a sociedade irá continuar a sua atividade mantendo a natureza de sociedade instrumental na área de funding para o Grupo onde se integra.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TÉRMINO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram factos relevantes após o término do exercício.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, tendo em conta o Resultado Líquido positivo apurado em 2023, no montante de 371.514,03 euros (trezentos e setenta e um mil, quinhentos e catorze euros e três cêntimos), e estando cumprido o exigido no n.º 1 do art.º 295.º do CSC, propõe à Assembleia Geral, nos termos da alínea f) do n.º 5 do art.º 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 art.º 376.º, ambos do CSC, que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 371.514,03 euros.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

NOTA FINAL

Ao concluir o seu relatório, o Conselho de Administração deixa uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, bem como ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas por todo o apoio manifestado ao longo do exercício.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Declaração nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º-G do Código dos Valores Mobiliários

Cada um dos membros do Conselho de Administração infra identificados, signatários do presente Relatório de Gestão, declara, sob sua responsabilidade própria e individual, que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Gamma e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, a indicação dos acontecimentos importantes ocorridos no período a que se refere e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras da sociedade.

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Conselho de Administração

Alexandra Manuel Almeida Gomes

(Presidente)

José Fernandes Caeiro

(Vogal)

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO - Estrutura e Práticas de Governo Societário

Introdução

Com o presente Anexo, a Sociedade dá cumprimento ao dever de prestar informação anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário em conformidade com o Código das Sociedades Comerciais (CSC) e o artigo 29º-H do Código de Valores Mobiliários (CVM).

Para elaboração do presente relatório, foi igualmente tida em consideração a diversa regulamentação e orientações das entidades de regulação e supervisão competentes.

Enquanto sociedade detida pelo Banco Santander Totta, SA segue também as orientações estratégicas definidas para o Grupo como um todo e o acompanhamento da evolução da Sociedade segue os mesmos parâmetros do próprio Banco Santander Totta, SA.

A prestação de informação financeira às autoridades que a supervisionam, nomeadamente as informações para a CMVM, a elaboração das demonstrações financeiras e reporte da Sociedade, adota os mesmos critérios de segurança e fiabilidade adotados para o próprio Grupo Santander.

Estrutura de Capital

O capital social da Sociedade é de Euros 250.000,00 representado por 50.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada uma, detidas a 100%, em 31 de dezembro de 2023, pelo Banco Santander Totta, S.A.

Participações qualificadas no capital social da sociedade

À data de encerramento do Exercício a que se reporta o presente Relatório, eram as seguintes as entidades detentoras de participações no capital social da Sociedade:

Entidade	% do Capital Social
Banco Santander Totta, S.A.	100%

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Identificação de acionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

De acordo com o previsto no artigo 7.º dos Estatutos da Sociedade, por deliberação do Conselho de Administração, a sociedade poderá emitir, quer no mercado interno quer no mercado externo, obrigações titularizadas, podendo igualmente recorrer, com respeito pelas limitações legais aplicáveis, a instrumentos financeiros de baixo risco e elevada liquidez.

Ainda nos termos das regras estatutárias, a Sociedade poderá emitir ações preferenciais sem voto, bem como ações preferenciais remíveis, nos termos e com os limites legalmente previstos.

Não existem, por referência a 31 de dezembro de 2023, acionistas titulares de direitos especiais.

Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Em conformidade com o artigo 9.º dos Estatutos, apenas podem intervir e votar nas reuniões da Assembleia Geral os acionistas que, até 5 dias antes da realização das mesmas, comprovem a sua qualidade através do registo das ações ordinárias em seu nome, nos termos legalmente previstos. Mais estabelecem as regras estatutárias que a cada 100 ações corresponde um voto, podendo os acionistas fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral nos termos legais. Sendo pessoas coletivas, os acionistas poderão fazer-se representar por quem para o efeito nomeiem.

De acordo com o estabelecido no artigo 10.º dos Estatutos, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto por correspondência, nos termos seguintes:

A declaração de voto deverá ser recebida na sociedade até às 17 horas do dia útil imediatamente anterior ao da realização da Assembleia Geral, sob pena de não poder ser considerada;

A declaração de voto deverá indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como, quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina, valendo como voto negativo em relação a propostas de deliberação apresentadas ulteriormente à sua emissão;

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

A circunstância da sociedade disponibilizar um boletim de voto padrão para cada Assembleia Geral não prejudica a validade do voto por correspondência recebido sem recurso ao mesmo, desde que o sentido de voto seja inteligível e inequívoco;

A declaração de voto deverá ser endereçada ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que verificará a sua autenticidade e assegurará, até ao momento da votação, a sua confidencialidade;

O voto por correspondência relevará para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral para a qual foi emitido e, salvo indicação expressa em contrário, valerá igualmente para a segunda convocatória;

A presença na Assembleia Geral do acionista que votou por correspondência, ou a do seu representante, valerá como revogação do respetivo por correspondência.

As regras estatutárias não permitem a participação na Assembleia Geral através de meios telemáticos.

Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade

As regras estatutárias estabelecem que a Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, composto de dois a cinco membros, acionistas ou não, a eleger pela Assembleia Geral por períodos de três anos, podendo ser indicado, desde logo, o respetivo Presidente.

Nos termos do artigo 12.º dos Estatutos, a falta de comparência de um Administrador, consecutiva ou interpolada, em três reuniões do Conselho de Administração, em cada ano civil, sem que seja prestada justificação devidamente aceite por este órgão, constituirá uma falta definitiva, que deverá ser declarada pelo Conselho de Administração e determinar a substituição do Administrador em causa, nos termos legais.

Não existem regras estatutárias especialmente aplicáveis à alteração dos estatutos, pelo que as mesmas serão efetuadas em conformidade com o estabelecido no Código das Sociedades Comerciais.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital

Em conformidade com o artigo 6.º dos Estatutos, o Conselho de Administração poderá determinar o aumento de capital social, por uma ou mais vezes, durante um período de cinco anos, até um limite máximo de 1 milhão de euros.

Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos

A 31 de dezembro de 2023 não existia qualquer acordo significativo.

Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer acordo que implicasse o pagamento de indemnizações.

Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira

As funções de Riscos, de *Compliance* e de Auditoria Interna são asseguradas pelas estruturas correspondentes do Banco Santander Totta, SA., no âmbito da relação de Grupo, agindo estas, no entanto, com total independência e autonomia. A área de Cumprimento e Conduta (que corporiza a função de *Compliance*) acompanha a atividade da Sociedade de forma regular e na medida do que se justifique, designadamente promovendo reuniões periódicas onde, entre outros aspetos relativos à gestão dos riscos de conformidade, se aborda o controlo das emissões realizadas e carteiras afetas.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Informação sobre ações próprias nos termos do Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do n.º 2 do Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que não se verificou, durante o exercício, qualquer movimento de ações próprias, não detendo a Sociedade ações próprias a 31 de dezembro de 2023.

Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos da alínea e) n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício, não foi autorizado qualquer negócio entre a Sociedade e os seus administradores.

Informação sobre as ações e obrigações previstas no Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais, com referência a 31 de dezembro de 2023, incluindo o movimento de ações e obrigações realizado durante o exercício de 2023

Nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade é titular de ações e/ou obrigações da sociedade, sendo que igualmente não foram efetuadas aquisições, onerações ou cessações de titularidade desses títulos por parte dos mesmos durante o ano de 2023.

Identificação do Código de Governo das sociedades adotado

A GAMMA é uma sociedade anónima detida pelo Banco Santander Totta, SA, e no âmbito do governo societário, e atendendo à sua realidade jurídica, a sociedade cumpre as orientações e princípios de bom governo societário resultantes do Modelo de Governo Grupo-Subsidiárias emitido pelo Grupo Santander e ao qual o Banco Santander Totta aderiu em dezembro de 2023.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Informação sobre remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização

A 26 de abril de 2023, foi aprovada mediante deliberação unânime por escrito do acionista da Sociedade, a declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A política remuneratória aprovada corresponde à Política aprovada pelo acionista de referência da Sociedade para todo o Grupo Santander, adaptada à natureza e circunstâncias da própria sociedade, pelo que segundo a Identificação do Código de governo das sociedades adotado, apenas um dos membros do Conselho de Administração é remunerado e auferir remuneração fixa.

Em 2023, o Vogal do Conselho de Administração da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., auferiu remuneração, de natureza fixa, no valor total anual de Euros 12.000,00.

Os demais administradores da Sociedade foram remunerados por outras sociedades do Grupo Santander, de acordo com os princípios e regras da mesma política de remunerações do Grupo Santander.

Em relação ao órgão de fiscalização da sociedade, constituído pelo Conselho Fiscal, auferiu remuneração em 2023, de natureza fixa, no valor total anual de Euros 9.133,79.

Composição e descrição do modo de funcionamento dos órgãos sociais da Sociedade

A estrutura da Sociedade compreende os seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal bem como o Revisor Oficial de Contas, são designados pela Assembleia Geral e os seus mandatos têm a duração de três anos, podendo ser reeleitos.

Todos os membros dos órgãos sociais foram eleitos pela Assembleia Geral que se realizou a 22 de dezembro de 2022, para o mandato 2023/2025 e obtiveram a não oposição para o exercício de funções por parte da CMVM a 15 de fevereiro de 2023, pelo que, cumpriram o primeiro ano do mandato.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Assembleia Geral

Nos termos do artigo 9º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral representa a totalidade dos acionistas, sendo as suas decisões vinculativas sobre a totalidade dos acionistas sempre que tomadas em conformidade com a lei e os Estatutos da Sociedade.

Tendo presente a data de referência de 31 de dezembro de 2023 a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros: António Maria Pinto Leite, Presidente e Marta Maria Appleton de Serpa Pimentel Marques, Secretário da Sociedade.

Conselho de Administração

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por dois a cinco membros.

Compete ao Conselho de Administração, gerir a atividade da sociedade, tendo plenos poderes de representação da Sociedade.

O Conselho de Administração, nos termos dos estatutos, reúne-se sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por quaisquer dois administradores, e pelo menos uma vez por trimestre.

A 31 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração era composto pelos seguintes membros: Alexandra Manuel de Almeida Gomes (Presidente) e José Fernandes Caeiro (Vogal), nomeados para o triénio 2023/2025.

Conselho Fiscal

A 31 de dezembro de 2023 o Conselho Fiscal da sociedade era composto pelos seguintes membros: José Duarte Assunção Dias (Presidente), Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal) e Marta Sobreira Reis Alarcão Troni (Vogal).

Ao Conselho Fiscal estão cometidas todas as competências e atribuições previstas na Lei.

ROC

O ROC externo da Sociedade, nomeado para o triénio 2023/2025 é constituído por PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Senhor Dr. José Manuel Henriques Bernardo.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Política de Diversidade

No que concerne à diversidade nos seus órgãos de administração e de fiscalização, o Grupo Santander e consequentemente a Sociedade, tem um compromisso firme com um crescente equilíbrio da representação de género e paridade na sua composição, e que a mesma proporcione igualmente o equilíbrio entre o conhecimento, capacidades, qualificações e experiência profissional.

Lisboa, 30 de abril de 2024

O Conselho de Administração

Alexandra Manuel Almeida Gomes (Presidente)

José Fernandes Caeiro (Vogal)

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração da Posição Financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Montantes expressos em Milhares Euros)

Notas	Total				Geral				Total Operações				
	31-12-2023		31-12-2022		31-12-2023		31-12-2022		31-12-2023		31-12-2022		
	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	
Ativo													
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3	224.525	-	224.525	208.671	7.784	-	7.784	7.330	216.741	-	216.741	201.341
Ativos financeiros detidos para negociação													
Derivados de Negociação	4	7.484	-	7.484	22.404	-	-	-	-	7.484	-	7.484	22.404
Ativos financeiros ao custo amortizado													
Crédito concedido e outros saldos a receber	5	1.868.564	(48.679)	1.819.885	2.164.066	-	-	-	-	1.868.564	(48.679)	1.819.885	2.164.066
Ativos intangíveis	6	61	(61)	-	-	61	(61)	-	-	-	-	-	-
Ativos por impostos													
Ativos por impostos correntes	7	2	-	2	13	2	-	2	13	-	-	-	-
Outros ativos													
Outros	8	3.385	(13)	3.372	9.474	63	(13)	50	59	3.322	-	3.322	9.415
Total do Ativo		2.104.021	(48.753)	2.055.268	2.404.628	7.910	(74)	7.836	7.402	2.096.111	(48.679)	2.047.432	2.397.226
Passivo													
Passivos financeiros detidos para negociação													
Derivados	9	-	-	1.827	-	-	-	-	-	-	-	1.827	-
Passivos financeiros ao custo amortizado													
Recursos de instituições financeiras	10	-	-	8.770	-	-	-	-	-	-	-	8.770	-
Responsabilidades representadas por títulos	11	-	-	2.022.010	2.382.317	-	-	-	-	-	-	2.022.010	2.382.317
Provisões	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos													
Passivos por impostos correntes	7	-	-	107	32	-	-	107	32	-	-	-	-
Outros passivos													
Outros	13	-	-	14.853	14.950	-	-	28	41	-	-	14.825	14.909
Total do Passivo				2.047.567	2.397.299			135	73			2.047.432	2.397.226
Capital													
Capital	14	-	-	250	250	-	-	250	250	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	14	-	-	4.035	4.035	-	-	4.035	4.035	-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	14	-	-	3.044	2.848	-	-	3.044	2.848	-	-	-	-
Resultado do exercício	14	-	-	372	196	-	-	372	196	-	-	-	-
Total do Capital				7.701	7.329			7.701	7.329			-	-
Total do Passivo e Capital				2.055.268	2.404.628			7.836	7.402			2.047.432	2.397.226

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023.

Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
 Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Montantes expressos em Milhares Euros)

	Notas	Total		Geral		Total Operações	
		31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos de juros	15	129.478	27.760	173	-	129.305	27.760
Encargos por Juros	15	(108.406)	(29.827)	-	-	(108.406)	(29.827)
Margem financeira		21.072	(2.067)	173	-	20.899	(2.067)
Rendimentos de serviços e comissões	16	449	367	449	367	-	-
Encargos com serviços e comissões	16	(3.138)	(4.004)	-	(37)	(3.138)	(3.967)
Resultados em operações financeiras	17	(14.088)	14.243	-	1	(14.088)	14.242
Outros resultados de exploração	18	20.491	(14.667)	(18)	(25)	20.509	(14.642)
Produto da atividade		24.786	(6.128)	604	306	24.182	(6.434)
Custos com pessoal	19	(24)	(26)	(24)	(26)	-	-
Gastos gerais administrativos	20	(782)	(668)	(106)	(141)	(676)	(527)
Depreciações e amortizações	6	-	(1)	-	(1)	-	-
Provisões líquidas de anulações	21	-	91	-	91	-	-
Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado	21	(23.506)	6.961	-	-	(23.506)	6.961
Imparidade líquida de ativos não financeiros	21	-	(1)	-	(1)	-	-
Resultado antes de impostos		474	228	474	228	-	-
Impostos sobre lucros	7	(102)	(32)	(102)	(32)	-	-
Resultado do exercício		372	196	372	196	-	-

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Montantes expressos em Milhares Euros)

	<u>31-12-2023</u>	<u>31-12-2022</u>
Outros rendimento integral do período	-	-
Resultado líquido do exercício	<u>372</u>	<u>196</u>
Total do rendimento integral	<u>372</u>	<u>196</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral em 31 de dezembro de 2023.

Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Montantes expressos em Milhares Euros)

	Capital	Outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total do Capital próprio
Saldo a 31 de dezembro de 2021	250	4.035	183	2.733	(391)	323	7.133
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	323	-	(323)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	196	196
Saldo a 31 de dezembro de 2022	250	4.035	183	3.056	(391)	196	7.329
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-	-	-	-	196	(196)	-
Rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	372	372
Saldo a 31 de dezembro de 2023	250	4.035	183	3.056	(195)	372	7.701

O anexo faz parte integrante da demonstração de alterações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2023.

Gamma - Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Montantes expressos em Milhares de Euros)

	Total		Geral		Total de Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Atividades operacionais						
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	11.139	(6.331)	433	72	10.706	(6.403)
<i>Fluxos das atividades operacionais</i>	11.139	(6.331)	433	72	10.706	(6.403)
Atividades de investimento						
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:						
Ativos financeiros detidos para negociação	10.771	(9.332)	-	-	10.771	(9.332)
Ativos Financeiros ao custo amortizado	427.633	19.873	-	-	427.633	19.873
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	438.404	10.541	-	-	438.404	10.541
Atividades de financiamento						
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:						
Passivos financeiros ao custo amortizado	(434.137)	(106.770)	-	-	(434.137)	(106.770)
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	(434.137)	(106.770)	-	-	(434.137)	(106.770)
Variação da caixa e seus equivalentes	15.406	(102.560)	433	72	14.973	(102.632)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	208.673	311.231	7.330	7.258	201.343	303.973
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	224.079	208.671	7.763	7.330	216.316	201.341

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2023.

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. Anexo às Demonstrações Financeiras

2.1 Informação Geral

A Gamma - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sociedade” ou “Gamma”), é uma sociedade anónima, com sede na Rua da Mesquita nº 6 Torre A 4º D 1070-238 Lisboa, que tem por objeto o exercício de atividades permitidas por lei às sociedades de titularização de créditos. A sociedade foi constituída em 17 de julho de 2006, ao abrigo do Decreto-lei nº 453/99, de 5 de novembro, republicado pela Lei nº 69/2019 de 28 de agosto e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 144/2019 de 23 de setembro e pela Lei nº 25/2020, de 07 de julho, os quais regulamentam a atividade das sociedades de titularização de crédito.

O capital social da Sociedade no montante de 250 milhares de euros integralmente subscrito e realizado, encontra-se representado por 50.000 ações ordinárias, que são detidas na íntegra pelo Banco Santander Totta, S.A (“Banco”).

Durante o exercício de 2023 a Sociedade teve na sua gestão as seguintes operações:

Operação	Início da Operação	Liquidação da Operação
Atlantes Mortgages No. 2	mar/08	set/60
Atlantes Mortgages No. 3	out/08	ago/61
Atlantes Mortgages No. 4	fev/09	dez/64
Hipototta 13	jan/18	out/72
Consumer Totta 1	set/22	jun/33
Fénix	dez/14	dez/37

2.2 Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e do Regulamento nº 11/2005 da CMVM, as demonstrações financeiras da Sociedade devem ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem os *standards* emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

De acordo com o estabelecido no artigo nº 1 alínea c) do Regulamento nº 12/2002 da CMVM é imposto uma total segregação patrimonial que permita identificar para cada emissão de obrigações titularizadas, os ativos que lhe são afetos assim como, segregar todos os custos e proveitos por cada categoria de ativos e de passivos associados a cada emissão de obrigações titularizadas. Face a esta característica o reembolso das respetivas obrigações está diretamente dependente da performance dos ativos subjacentes, pelo que, qualquer excesso de valores gerados pelos ativos será pago aos detentores das obrigações, e qualquer insuficiência será assumida pelos mesmos, não gerando resultados nas contas de exploração da Sociedade.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício de 2023 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 30 de abril de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade, conforme previsto no IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras, e de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2022.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, exceto quando expressamente indicado.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Sociedade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.4.

No âmbito da aplicação das IFRS tal como aprovadas pela União Europeia, a Sociedade adotou com referência a 1 de janeiro de 2023 as seguintes normas, alterações e interpretações:

- **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas'. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas.
- **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas'. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.

- **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou "General measurement model" ("GMM"); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou "Premium allocation approach" ("PAA"); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou "Variable fee approach" ("VFA"). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
- **IFRS 17** (alteração), 'Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa'. Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.
- **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação'. A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas do âmbito da isenção de registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

- **IAS 12** (alteração), 'Reforma da tributação internacional – regras do modelo Pilar Dois'. Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion ("GloBE") da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor (Nota 1.2 k)).

Na sequência da adoção das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia já endossou:

- **IAS 1** (alteração), 'Classificação de passivos como não correntes e correntes' e 'Passivos não correntes com "covenants"'. Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.
- **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação'. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Na sequência da adoção das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024, e que a União Europeia ainda não endossou:

- **IAS 7** (alteração) e **IFRS 7** (alteração), 'Acordos de financiamento de fornecedores'. Estas alterações ainda estão sujeitas à aprovação da União Europeia. Os Acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020.
- **IAS 21** (alteração) 'Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade'. Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

Na sequência da adoção das normas e interpretações não foram identificados impactos materiais, nas demonstrações financeiras.

2.3 Resumo das políticas contabilísticas materiais

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários, que sejam valorizados ao justo valor, são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários, que sejam mantidos ao custo histórico, são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes incluem moeda nacional e estrangeira, em caixa, depósitos à ordem junto de instituições de crédito no país e no estrangeiro.

Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumentos financeiros, isto é: (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”;
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”;
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“FVTPL”).

A Sociedade avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os derivados económicos e de negociação, são classificados ao justo valor através de resultados. Na sua atividade corrente, a Sociedade utiliza instrumentos financeiros derivados para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respetivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados económicos e de negociação, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais, eventualmente em termos líquidos, e embora constituam a medida de volume mais usual nestes mercados, não correspondem a qualquer quantificação do risco de crédito ou de mercado das respetivas operações. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado) no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é designado no reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*fair value option*).

O justo valor utilizado na valorização de ativos e passivos financeiros de negociação, classificados como ao justo valor por contrapartida de resultados é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transacionados em mercados ativos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transação efetuada ou no valor da última oferta (*bid*) conhecida;
- No caso de ativos não transacionados em mercados ativos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transações recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado (*discounted cash flow*, modelos de valorização de opções, etc.).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros, que incluem essencialmente emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou ativos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transação diretamente associados e subsequentemente valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Encargos por juros".

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo e qualquer diferença entre os respetivos valores é reconhecida em resultados do período.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Sociedade aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado.

As perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade sob o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

A Sociedade mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individual ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. A Sociedade adotou a nova definição de default como critério para identificação de créditos em Stage 3 seguindo a recomendação da EBA GL 2017/06. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito da Sociedade.

Aumento significativo do risco de crédito

A Sociedade monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, a Sociedade estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (life time)) e não em 12 meses.

A Sociedade utiliza sistemas de scorings e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Sociedade usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, a Sociedade presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias ou quando as operações estão identificadas como créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que a Sociedade espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta custos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e custos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização da Sociedade para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Sociedade avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: tipo de instrumento; tipo de cliente; grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring; tipo colateral; data do reconhecimento inicial; relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Relativamente ao cálculo da perda esperada através da análise coletiva, o mesmo resulta do produto da PD do ativo financeiro, da LGD e da EAD descontado à taxa de juro efetiva original do ativo.

Análise individual

O processo de quantificação da perda por imparidade através de uma análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de Euros ou inferiores quando aprovados).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários de fluxos de caixa.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A atividade da Sociedade encontra-se regulamentada pelo Decreto-Lei nº 453/99 que define claramente a obrigatoriedade de património autónomo de cada operação, respondendo os ativos de cada operação exclusivamente pelos passivos correspondentes. O património da Sociedade não pode ser afeto a qualquer das operações.

Tendo em consideração as regras de desreconhecimento e apesar da natureza e características das operações sob gestão e da transferência da maioria dos riscos e benefícios, as operações são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira e na Demonstração de Resultados, mas devidamente segregadas e apresentadas como tal dado que de acordo com a Lei portuguesa, a Sociedade é o último responsável por quaisquer eventos, relacionados com as referidas operações, o que impede o seu desreconhecimento.

Provisões e passivos contingentes

A Sociedade constitui provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflita o risco específico do passivo.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido. O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista como impostos diferidos passivos ou ativos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Grupo Santander Portugal decidiu aplicar a partir do exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a sociedade dominante e Taxagest, Banco, Santander Totta Seguros (apenas em 31 de dezembro de 2022), Totta Urbe e a Sociedade (a partir de 2018) - sociedades dominadas.

O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Sociedade tem por procedimento registrar na rubrica de “Provisões” do passivo o montante que considera adequado para fazer face a possíveis contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Reconhecimento de proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado os juros são reconhecidos usando o método da taxa efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de *repricing*, para o montante líquido atualmente registado do ativo ou passivo financeiro. Quando calculada à taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos diretamente atribuíveis aos contratos.

Rendimentos e encargos por serviços e comissões

A sociedade cobra comissões de gestão nas operações em que intervêm. As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um ato significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido ato.

2.4 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adoção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afetam o valor dos ativos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efetivamente realizados poderão diferir das estimativas efetuadas.

O uso mais significativo de estimativas e pressupostos por parte da gestão são os seguintes:

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (Notas 4, 9 e 24)

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Custo amortizado (Notas 5 e 24.1)

Os instrumentos financeiros mantidos ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros valorizados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cashflows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cashflows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

Determinação de perdas por imparidade (Notas 5 e 21)

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 2.3. Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento da Sociedade quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros para tipologias de operações comparáveis, tais como: tipo de instrumento, tipo de cliente, grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring, tipo colateral, data do reconhecimento inicial, relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV) e incorporação de informação prospetiva.

2.5 Relato por Segmentos

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais é apresentada de seguida.

A contabilidade da Sociedade (Centro “Geral”) e de cada uma das operações estão completamente segregadas constituindo subgrupos da Informação Financeira Global e, bem assim, segmentos distintos.

A 31 de dezembro de 2023 estes segmentos são os seguintes:

- Gamma - Sociedade Gestora
- Atlantes Mortgages No. 2
- Atlantes Mortgages No. 3
- Atlantes Mortgages No. 4
- Hipototta 13
- Consumer Totta 1
- Fénix

Os segmentos que liquidaram no exercício de 2022 foram os seguintes:

- Atlantes Mortgages No. 5 (fevereiro de 2022)
- Atlantes Mortgages No. 7 (fevereiro de 2022)
- Azor Mortgages No. 2 (abril de 2022)

No corpo do documento que se segue os saldos registados nas colunas do “Total Operações” representa o somatório de todas as operações cuja gestão está atribuída à Sociedade.

O detalhe dos valores por operação é apresentado na Nota 26.

3. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Depósitos à ordem	224 079	208 671	7 763	7 330	216 316	201 341
Rendimentos a receber	446	-	21	-	425	-
	224 525	208 671	7 784	7 330	216 741	201 341

Os depósitos à ordem da Sociedade correspondem maioritariamente a depósitos junto do Banco e no Total Operações correspondem a depósitos junto do Banco, HSBC Bank plc e Citibank Agency & Trust.

Em 31 de dezembro de 2023, os depósitos junto do Banco eram remunerados à STR-0,75%. Em 31 de dezembro de 2022, os depósitos junto do Banco não estavam a ser remunerados.

6. Ativos intangíveis

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Ativos intangíveis	61	61	61	61	-	-
Amortizações acumuladas	(61)	(61)	(61)	(61)	-	-
	-	-	-	-	-	-

Os ativos intangíveis correspondem a software adquirido, que foi amortizado em três anos.

7. Ativos e passivos por impostos

A taxa efetiva de imposto não difere materialmente da taxa nominal, dado que não existem diferenças tributárias temporárias ou permanentes. Assim sendo, não estão registados ativos ou passivos por impostos diferidos.

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Ativos por impostos						
Impacto do consolidado fiscal	2	1	2	1	-	-
Pagamentos por conta	-	12	-	12	-	-
	2	13	2	13	-	-
Passivos por impostos						
Imposto a pagar	107	32	107	32	-	-

A Gamma passou a integrar em 2018 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) do Grupo Santander Portugal.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os impostos sobre os lucros da demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

Descrição	31-12-2023		31-12-2022	
	Taxa Imposto	Montante	Taxa Imposto	Montante
Resultado antes de impostos		474		228
Imposto apurado com base na taxa de imposto corrente	21%	100	21%	48
Custo não aceites	0%	-	1%	2
Proveito não tributados	-1%	(3)	-9%	(20)
Derrama	2%	7	2%	3
Impacto do consolidado fiscal	0%	(2)	0%	(1)
Encargo com impostos	21,4%	102	14,2%	32

8. Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Devedores diversos	3 341	9 434	19	19	3 322	9 415
Comissão de Gestão	44	53	44	53	-	-
Imparidade (Nota 21)	(13)	(13)	(13)	(13)	-	-
	3 372	9 474	50	59	3 322	9 415

O movimento na imparidade é apresentado na Nota 21.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante registado na sub-rubrica “Devedores diversos” do total das operações, corresponde essencialmente aos valores a receber da operação Consumer Totta 1 referente ao *revolving* previsto. Este montante foi regularizado nos primeiros dias do exercício de 2023.

9. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Interest Rate Swap	1 827	-	-	-	1 827	-
	1 827	-	-	-	1 827	-

Os montantes registados nesta rubrica são oriundos dos instrumentos de derivados económicos e de negociação com justo valor negativo.

O detalhe por derivado e por operação é apresentado na Nota 4.

10. Passivos financeiros ao custo amortizado – Recursos de instituições financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Recursos de instituições financeiras	8 770	-	-	-	8 770	-
	8 770	-	-	-	8 770	-

Os valores constantes desta rubrica correspondem às contas margens exigidas no âmbito da operativa de instrumentos derivados contratados pelas operações. Durante o exercício de 2022 a sociedade procedeu à *novation* dos contratos de Instrumentos financeiros derivados para o Banco Santander, S.A..

11. Passivos financeiros ao custo amortizado - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Obrigações emitidas	2 044 076	2 394 118	-	-	2 044 076	2 394 118
Juros mensuralizados	15 659	5 930	-	-	15 659	5 930
Despesas de emissão	(175)	(175)	-	-	(175)	(175)
Outros	(37 550)	(17 556)	-	-	(37 550)	(17 556)
	2 022 010	2 382 317	-	-	2 022 010	2 382 317

Esta rubrica regista o valor das obrigações, os seus juros mensuralizados e as despesas associadas a cada emissão.

A sub-rubrica “Outros” regista o decréscimo estimado a pagar nas obrigações resultantes de diferenças entre os ativos totais e os passivos totais da operação, sendo que o saldo a 31 de dezembro de 2023 representa o valor a ser assumido pelos detentores dos títulos emitidos caso as operações fossem encerradas nesta data.

O detalhe das obrigações à data de 31 de dezembro de 2023 era o seguinte:

Operação	Descrição	Valor da emissão	Valor Balanço	Ano Reembolso	Dados próximo cupão	
					Data Vencimento	Taxa de juro
Atlantes Mortgages No. 2	Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	349 100	68 788	2060	18/mar/24	4,26%
Atlantes Mortgages No. 2	Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	18 400	8 564	2060	18/mar/24	4,88%
Atlantes Mortgages No. 2	Class C Mortgage-Backed Floating Rate Notes	7 500	3 491	2060	18/mar/24	5,58%
Atlantes Mortgages No. 2	Class D Notes	16 125	8 332	2060	18/mar/24	-
Atlantes Mortgages No. 3	Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	558 600	120 384	2061	20/fev/24	4,20%
Atlantes Mortgages No. 3	Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	41 400	17 264	2061	20/fev/24	4,50%
Atlantes Mortgages No. 3	Class C Notes	57 668	33 477	2061	20/fev/24	-
Atlantes Mortgages No. 4	Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	514 250	130 163	2064	20/mar/24	4,09%
Atlantes Mortgages No. 4	Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	35 750	14 334	2064	20/mar/24	4,24%
Atlantes Mortgages No. 4	Class C Notes	74 250	40 371	2064	20/mar/24	-
Hipototta 13	Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	1 716 000	475 512	2072	23/jan/24	4,60%
Hipototta 13	Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	484 000	484 000	2072	23/jan/24	5,00%
Hipototta 13	Class C Notes	66 000	33 000	2072	23/jan/24	-
Hipototta 13	Class VFN Notes	-	-	2072	23/jan/24	-
Consumer Totta 1	Classe A	520 000	462 046	2033	02/abr/24	4,73%
Consumer Totta 1	Classe B	25 000	22 214	2033	02/abr/24	5,03%
Consumer Totta 1	Classe C	40 000	35 542	2033	02/abr/24	5,93%
Consumer Totta 1	Classe D	25 000	22 214	2033	02/abr/24	11,93%
Consumer Totta 1	Classe E	40 000	35 542	2033	02/abr/24	15,78%
Consumer Totta 1	Classe F	6 500	3 900	2033	02/abr/24	16,43%
Consumer Totta 1	Classe X	9 430	4 961	2033	02/abr/24	0,00%
Fénix	Fénix 1 Asset-Backed Notes due 2037	50 950	19 977	2037	-	a)
		4 655 923	2 044 076			

- a) Não existe uma taxa de juro estabelecida nestas obrigações uma vez que os montantes de capital e juro recebidos no período referentes a reembolsos da carteira de crédito são alocados ao pagamento das notas da operação.

12. Provisões

Esta rubrica não apresenta saldo nos exercícios de 31 dezembro de 2023 e 2022.

13. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Credores Diversos						
. Adiantamentos efetuados pelo Banco	14 451	14 451	-	-	14 451	14 451
. Outros	28	62	-	5	28	57
Acréscimos de Custos	88	99	28	36	60	63
Servicer e Issuer Fee a Pagar	286	338	-	-	286	338
	14 853	14 950	28	41	14 825	14 909

A sub-rubrica de “credores diversos – adiantamentos”, corresponde a adiantamentos efetuados ainda na esfera do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”).

A desagregação dos adiantamentos é a seguinte:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Atlantes Mortgages No. 2	6 826	6 826	-	-	6 826	6 826
Atlantes Mortgages No. 3	5 410	5 410	-	-	5 410	5 410
Atlantes Mortgages No. 4	2 215	2 215	-	-	2 215	2 215
	14 451	14 451	-	-	14 451	14 451

14. Capital

Conforme referido na Nota 2.1, a sociedade foi constituída em 17 de julho de 2006, sendo o seu capital social constituído por 50.000 ações ordinárias cujo valor total ascende a 250.000 Euros sido subscrito e realizado na íntegra pelo Banco. Na rubrica de outros instrumentos de capital estão incluídas as prestações suplementares do acionista único.

De notar que o resultado do período corresponde apenas ao centro “Geral” uma vez que o resultado das operações é imputado ao valor a reembolsar das obrigações, conforme evidenciado na rubrica “Outros” da Nota 11.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída, podendo, no entanto, ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados depois de esgotadas as outras reservas.

Resultados transitados e Outras reservas

Esta rubrica reconhece os lucros ou prejuízos de exercícios anteriores não distribuídos.

15. Margem Financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Rendimento de juros						
Juros de crédito concedido	102 391	27 621	-	-	102 391	27 621
Juros de depósitos à ordem	6 724	139	173	-	6 551	139
Juros ativos financeiros detidos para negociação	20 363	-	-	-	20 363	-
	129 478	27 760	173	-	129 305	27 760
Encargos por juros						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	(93 736)	(29 732)	-	-	(93 736)	(29 732)
Juros passivos financeiros detidos para negociação	(14 467)	-	-	-	(14 467)	-
Outros	(203)	(95)	-	-	(203)	(95)
	(108 406)	(29 827)	-	-	(108 406)	(29 827)

16. Rendimentos e encargos de serviços e comissões

As comissões cobradas pela Gamma são custo para as diversas operações no âmbito da gestão das mesmas. A Gamma enquanto entidade gestora das diversas operações cobra um *fee* o qual é denominado de *Issuer Fee*. Ao cedente das operações é devido um *fee* o qual é denominado de *Servicer Fee*.

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos de serviços e comissões	449	367	449	367	-	-
Encargos com serviços e comissões						
Servicer e Issuer fee	(3 089)	(2 929)	-	-	(3 089)	(2 929)
Outras despesas e comissões	(49)	(1 075)	-	(37)	(49)	(1 038)
	(3 138)	(4 004)	-	(37)	(3 138)	(3 967)

17. Resultados em operações financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados						
Ganhos em derivados	34 981	19 379	-	-	34 981	19 379
Perdas em derivados	(46 852)	(7 744)	-	-	(46 852)	(7 744)
Resultados em reavaliação cambial						
Ganhos cambiais	-	2	-	2	-	-
Perdas cambiais	-	(1)	-	(1)	-	-
Resultados em alienação de ativos ao custo amortizado						
Perdas na alienação de créditos	(2 217)	(5 216)	-	-	(2 217)	(5 216)
Resultados de outros ativos financeiros						
Ganhos em ativos financeiros	-	7 823	-	-	-	7 823
	(14 088)	14 243	-	1	(14 088)	14 242

A sub-rubrica de “Ganhos em ativos financeiros” corresponde ao resultado da liquidação das operações Atlantes Mortgages No. 5, Atlantes Mortgages No. 7 e Azor Mortgages No. 2, ocorridas respetivamente em fevereiro e abril de 2022.

18. Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Outros (Nota 11)	19 994	(15 697)	-	-	19 994	(15 697)
Encargos com CMVM e Interbolsa	(182)	(161)	(18)	-	(164)	(161)
Recuperação de incobráveis	680	1 254	-	-	680	1 254
Outros encargos	(1)	(63)	-	(25)	(1)	(38)
	20 491	(14 667)	(18)	(25)	20 509	(14 642)

A sub-rubrica “Outros” no perímetro “Total Operações” inclui o efeito do acréscimo ou o decréscimo estimado a pagar nas obrigações, resultando da diferença entre os ativos totais e os passivos totais da operação conforme referido na Nota 11.

19. Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Custos com pessoal	(24)	(26)	(24)	(26)	-	-

Esta rubrica inclui as remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização da sociedade.

20. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Consultores e Auditores Externos	(28)	(29)	(28)	(29)	-	-
Outros Gastos Gerais	(754)	(639)	(78)	(112)	(676)	(527)
	(782)	(668)	(106)	(141)	(676)	(527)

Na sub-rubrica “Outros gastos gerais” são contabilizados os valores relacionados com rating, serviços jurídicos e outros custos associados às operações.

Sociedade de revisores oficiais de contas

Os honorários remunerados à sociedade de revisores oficiais de contas e respetivas empresas da mesma rede nos exercícios de 2023 e 2022 referentes a revisão legal das contas, excluindo o imposto sobre o valor acrescentado, foram 15.434 Euros e 14.588 Euros, respetivamente.

Nos exercícios de 2023 e 2022 não foram prestados Outros serviços de garantia de fiabilidade, Serviços de consultoria fiscal ou Outros serviços pelo auditor.

21. Movimento na Imparidade e nas Provisões

O movimento ocorrido na Imparidade e nas Provisões durante o primeiro semestre de 2023 e 2022, foi o seguinte:

	2023				
	31-12-2022	Dotações	Reposições	Utilizações/Outros	31-12-2023
Crédito concedido e outros saldos a receber (Nota 5)	25 623	28 962	(5 456)	(450)	48 679
Outros ativos (Nota 8)	13	-	-	-	13
	25 636	28 962	(5 456)	(450)	48 692
	2022				
	31-12-2021	Dotações	Reposições	Utilizações/Outros	31-12-2022
Crédito concedido e outros saldos a receber (Nota 5)	39 333	5 700	(12 661)	(6 749)	25 623
Outros ativos (Nota 8)	21	-	(1)	(7)	13
Provisões (Nota 12)	91	2	(93)	-	-
	39 445	5 702	(12 755)	(6 756)	25 636

22. Gestão do capital

A Sociedade mantém uma gestão ativa do capital para cobrir os riscos inerentes à atividade mantendo os níveis exigidos pela legislação aplicável às Sociedades de Titularização de Créditos. A adequação do capital é monitorizada periodicamente e sempre que se procede a uma emissão de obrigações titularizadas.

Durante o exercício de 2023, a Sociedade cumpriu a todo o momento com os níveis de capital exigidos pela legislação.

De acordo com o artigo 71.º - M do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (ou “RGOIC”, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro), aplicável às Sociedades de Titularização de Créditos por remissão dos artigos 43.º e 19.º do Regime Jurídico da Titularização de Créditos (aprovado pelo Decreto-Lei 453/99 de 5 de novembro), os fundos próprios das sociedades de titularização de créditos não podem ser inferiores ao maior dos montantes apurado segundo os seguintes critérios:

- i. O montante apurado pela aplicação de 25% sobre as despesas gerais fixas (custo com o pessoal e gastos gerais administrativos) verificadas no ano anterior, de acordo com o previsto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 97.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. O cálculo das despesas gerais fixas do ano anterior abrange apenas o centro “Geral”;
- ii. O montante de capital mínimo conforme previsto no artigo 71.º-L do RGOIC;
- iii. Quando o valor líquido global das carteiras sob sua gestão exceder €250.000.000, as Sociedades de Titularização de Créditos constituem um montante de fundos próprios adicional ao capital inicial mínimo nos seguintes termos:
 - a. montante adicional igual a 0,02 % do montante em que o valor líquido global das carteiras sob gestão exceda o montante de €250.000.000;
 - b. a soma do montante adicional referido na alínea anterior e do capital inicial mínimo não pode ser superior a €10.000.000;
 - c. a Sociedade pode não constituir até 50 % do montante referido na alínea a) se beneficiar de uma garantia do mesmo montante prestada por uma instituição de crédito ou uma empresa de seguros com sede na União Europeia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o cumprimento destes rácios é evidenciado da seguinte forma:

Operações	31-12-2023		31-12-2022	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Atlantes Mortgages No. 2	89 175	4,36%	100 220	4,19%
Atlantes Mortgages No. 3	171 125	8,37%	191 524	8,00%
Atlantes Mortgages No. 4	184 868	9,04%	214 812	8,97%
Hipototta 13	992 512	48,56%	1 200 483	50,14%
Consumer Totta 1	586 419	28,69%	665 930	27,82%
Fénix	19 977	0,98%	21 149	0,88%
	2 044 076	100,00%	2 394 118	100,00%
Cálculo dos Fundos Próprios				
Limites	Valor		Valor	
i) 25% das Despesas gerais fixas do ano anterior	42		42	
ii) Capital inicial mínimo	125		125	
iii) Capital inicial mínimo + adicional	484		554	
Requisitos Capitais Próprios (1)	484		554	
Situação actual da Gamma (2)	Valor		Valor	
Capital Social	250		250	
Outros instrumentos de capital	4 035		4 035	
Outras reservas e resultados transitados	3 044		2 848	
Resultado do exercício	372		196	
Capitais Próprios	7 701		7 329	
Excesso de Fundos Próprios (2-1)	7 217		6 775	

23. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas são os seguintes:

Descrição	Total		Geral		Total Operações	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Depósitos	170 797	166 690	7 763	7 330	163 034	159 360
Valores a receber (Nota 8)	3 270	9 381	-	-	3 270	9 381
Adiantamentos (Nota 13)	(14 451)	(14 451)	-	-	(14 451)	(14 451)
Juros de depósitos à ordem (Nota 3)	446	-	21	-	425	-
	160 062	161 620	7 784	7 330	152 278	154 290

24. Gestão de risco

Tendo em consideração o tipo de atividade que exerce: gestão de operações de titularização, a exposição ao risco por parte da Gamma é de uma forma global reduzida, sendo quase nula nas principais categorias de risco financeiro conforme abaixo se apresenta.

A Sociedade desenvolve uma atividade instrumental na área de *funding* para o Grupo Santander (não obstante poder realizar operações de titularização para entidade terceiras, como é o caso atualmente do Fénix em que o *Service* é a 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (“321 Crédito”), pelo que a principal fonte de receitas da Sociedade advém das comissões recebidas relativas à gestão das operações, sem necessidade a recursos de balanço (existe transferência do risco para terceiros), pelo que a exposição de risco a instrumentos financeiros é residual. De salientar que o património autónomo afeto a cada emissão de obrigações titularizadas é o único que responde pelas respetivas responsabilidades.

A Sociedade dispõe de meios humanos e técnicos adequados, que se traduzem na mitigação do risco operacional, de compliance e de reputação, associados ao exercício da sua atividade. No âmbito global, pode-se considerar que a Gamma apresenta um perfil de risco reduzido, que advém dos riscos limitados, em particular financeiros, que emergem das atividades desenvolvidas, também designados por riscos intrínsecos, que são ainda mitigados pelos adequados sistemas de controlo interno.

24.1 Risco de Crédito

O risco de crédito define-se como a probabilidade de perda devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

No âmbito da atividade que exerce, a Sociedade adquire carteiras de crédito que são posteriormente objeto de operações de titularização, pelo que existe transferência efetiva e total do risco de crédito dessas carteiras para os detentores das obrigações emitidas no âmbito dessas operações.

A 31 de dezembro de 2023, existiam 6 operações de titularização vivas sob a gestão da Sociedade, representativas de 1,820 mil milhões de euros em créditos, repartidas conforme apresentados no quadro seguinte. Saliente-se que todas dizem respeito a operações de titularização do Banco, essencialmente com objetivo primário de obtenção de *funding*, à exceção da Fénix, que diz respeito à titularização de ativos de uma entidade terceira.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os créditos adquiridos pelas diversas operações líquidas de imparidade são os seguintes:

Operações	31-12-2023		31-12-2022	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Atlantes Mortgages No. 2	81 571	4,48%	92 358	4,27%
Atlantes Mortgages No. 3	135 298	7,43%	154 451	7,14%
Atlantes Mortgages No. 4	145 975	8,02%	169 645	7,84%
Consumer Totta 1	540 579	29,70%	619 989	28,65%
Hipototta 13	916 462	50,35%	1 127 623	52,10%
Fénix	-	0,00%	-	0,00%
	1 819 885	100,00%	2 164 066	100,00%

Nos pontos seguintes, apresentamos as principais características das operações na vertente de risco de crédito, tendo por base a informação divulgada nos últimos *investor reports* até ao fecho de cada ano (dada a periodicidade específica dos relatórios, distinta para cada operação e que poderá não coincidir com o fecho do ano, são apresentados os últimos dados disponíveis, tendo por referência a data de 31 de dezembro de 2023), designadamente:

- *Ratings* das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais (*Moody's*, *Fitch*, *S&P* e *DBRS*). Considerando que se tratam de operações de titularização de créditos portugueses (originados por instituições de crédito nacionais), apresentamos como referência os *ratings* da República Portuguesa.
- O *Loan-to-Value* dos créditos titularizados (quando aplicável), correspondente ao rácio entre os empréstimos e os colaterais dos mesmos (valorizados a valor de mercado, essencialmente, imóveis residenciais).
- Principais rácios de delinquência, que resumem a performance da carteira em termos de risco de crédito, designadamente o *Default Ratio* e o *Realised Loss Ratio*.

i) Atlantes Mortgages No. 2

Emitida em 2008, esta operação diz respeito à titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif. Os créditos adquiridos encontram-se colateralizados por hipotecas sobre imóveis do setor residencial – crédito à habitação. Em dezembro de 2023, o *Loan-to-Value* subjacente aos créditos titularizados era de 35,01% (35,55% em dezembro de 2022).

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram os seguintes:

31-12-2023		31-12-2022	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
5,33%	6,78%	5,25%	6,05%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

No quadro seguinte, apresentam-se os *ratings* das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	AA+	AA+	-	AAA (sf)
B	AA+	AA+	-	-
C	A+	A+	-	-
D	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	A-	A-	A3	A

ii) **Atlantes Mortgages No. 3**

Emitida em 2008, esta operação diz respeito à titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif. Os créditos adquiridos encontram-se colateralizados por hipotecas sobre imóveis do setor residencial – crédito à habitação. Em dezembro de 2023, o *Loan-to-Value* subjacente aos créditos titularizados era de 32,80% (33,10% em dezembro de 2022).

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram os seguintes:

31-12-2023		31-12-2022	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
4,91%	6,96%	4,87%	6,22%

No quadro seguinte, apresentam-se os *ratings* das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	AA+	AA+	-	AAA
B	-	-	-	-
C	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	A-	A-	A3	A

iii) **Atlantes Mortgages No. 4**

Emitida em 2009, esta operação diz respeito à titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif. Os créditos adquiridos encontram-se colateralizados por hipotecas sobre imóveis do setor residencial – crédito à habitação. Em dezembro de 2023, o *Loan-to-Value* subjacente aos créditos titularizados era de 28,22% (29,11% em dezembro de 2022).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram os seguintes:

31-12-2023		31-12-2022	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
5,40%	6,12%	5,36%	5,37%

No quadro seguinte, apresentam-se os *ratings* das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	AA+	AA+	-	AAA
B	-	-	-	-
C	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	A-	A-	A3	A

iv) **Hipototta 13**

Emitida em janeiro de 2018, esta operação diz respeito à titularização de uma carteira de crédito imobiliário originada pelo Banco. Os créditos adquiridos encontram-se colateralizados por hipotecas sobre imóveis do setor residencial – crédito à habitação. Em dezembro de 2023, o *Loan-to-Value* subjacente aos créditos titularizados era de 66,50% (68,78% em dezembro 2022).

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram os seguintes:

31-12-2023		31-12-2022	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
0,23%	0,18%	0,19%	0,11%

No quadro seguinte, apresentam-se os *ratings* das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	-	A+ (sf)	-	AA (low) (sf)
B	-	-	-	-
C	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	A-	A-	A3	A

v) **Consumer Totta 1**

Emitida em setembro de 2022, esta operação diz respeito à titularização de uma carteira de crédito ao consumo originada pelo Banco.

Em termos de principais indicadores de delinquência, os rácios desta operação de titularização a 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram os seguintes:

31-12-2023		31-12-2022	
Default Ratio	Realised Loss Ratio	Default Ratio	Realised Loss Ratio
1,46%	2,08%	0,24%	0,24%

No quadro seguinte, apresentam-se os *ratings* das notas de titularização atribuídos pelas principais agências internacionais:

Classe	Ratings			
	S&P	Fitch	Moody's	DBRS
A	-	AA+ (sf)	Aa2	-
B	-	AA- (sf)	A3 (sf)	-
C	-	A (sf)	Baa3	-
D	-	BB+ (sf)	Ba2	-
E	-	-	-	-
F	-	-	-	-
X	-	-	-	-
<i>Por referência:</i>				
República Portuguesa	A-	A-	A3	A

24.2 Risco de Mercado

O Risco de Mercado define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, incluindo flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações e preços de mercadorias.

Refletindo as características do negócio em que opera, verifica-se que, a 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não estava exposta a este tipo de risco, em nenhuma das suas vertentes, sendo que os valores de cerca de 7.484 milhares de euros da rubrica Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 4) (22.404 milhares de euros em 2022) e de cerca de 1.827 milhares de euros da rubrica Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 9) dizem respeito e exclusivamente aos valores de mercado positivo e negativo de *Interest Rate Swaps (IRS)*, contratados com o objetivo de cobertura de risco de taxa de juro.

24.3 Risco Cambial

O risco cambial define-se como a probabilidade de perda devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, que poderão resultar em alterações no preço de instrumentos denominados em moeda estrangeira, movimentos contabilísticos relativos à conversão na moeda local de investimentos externos, ou pela alteração da posição competitiva da instituição devida a variações significativas das taxas de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2023, todos os ativos e passivos da Sociedade são denominados em euros, a exposição ao risco de taxa de câmbio da Sociedade é nulo, tendo em conta a existência, quando aplicável, de uma proteção natural decorrente da compensação da variação cambial entre os ativos e passivos denominados em moeda.

24.4 Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro consiste na probabilidade de ocorrência de perdas devido a movimentos adversos das taxas de juro, tendo em conta a estrutura de balanço de uma instituição.

Na Sociedade, as operações de titularização representam cerca de 89% do ativo total e do ativo remunerado. Do lado do passivo, as notas de titularização correspondem a 99% da totalidade do passivo e do passivo remunerado, conforme se apresenta no quadro abaixo. O risco de taxa de juro resultante destas exposições de balanço é mitigado, tendo em conta que existe a cobertura do risco de *mismatch* dos prazos de refixação das taxas de juro entre os ativos e passivos, mediante a contratação de IRS.

Os ativos remunerados remanescentes são compostos por depósitos bancários e sua remuneração no montante de 224.525 milhares de euros, respeitantes a depósitos à ordem com refixação mensal da taxa de juro e ainda pela rubrica Ativos financeiros detidos para negociação (Nota 4), no valor de 7.484 milhares euros, correspondente ao valor de mercado positivo dos IRS contratados com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro.

Os passivos remunerados remanescentes são compostos pela rubrica Passivos financeiros detidos para negociação (Nota 9), no valor de 1.827 milhares euros, correspondente ao valor de mercado negativo dos IRS contratados com o objetivo de cobertura do risco de taxa de juro e pela rubrica dos Recursos de instituições financeiras, no valor de 8.770 milhares euros, correspondente a contas de margem.

Desta forma, no cômputo global, a exposição a risco de taxa de juro da Gamma é muito reduzida ou quase inexistente.

	31-12-2023		31-12-2022	
	Valor	%	Valor	%
Ativo Remunerado	2 051 894	99,84%	2 395 141	99,61%
<i>Do qual: Crédito titularizado</i>	1 819 885	88,55%	2 164 066	90,00%
Ativo Não Remunerado	3 374	0,16%	9 487	0,39%
Total do Ativo	2 055 268	100,00%	2 404 628	100,00%
Passivo Remunerado	2 032 607	99,27%	2 382 317	99,38%
<i>Do qual: Notas de titularização</i>	2 022 010	98,75%	2 382 317	99,38%
Passivo Não Remunerado	14 960	0,73%	14 982	0,62%
Total do Passivo	2 047 567	100,00%	2 397 299	100,00%

24.5 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez define-se como a probabilidade de ocorrência de perdas devido à incapacidade de uma instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações, e se tal é efetuado em condições razoáveis.

No que diz respeito à Gamma, pode-se considerar que o risco de liquidez é inexistente – à semelhança dos outros riscos financeiros - dado que as perdas resultantes não têm impacto na Sociedade, na medida em que são assumidas integralmente pelos detentores das obrigações. Com efeito, os veículos de titularização são entidades juridicamente autónomas da Sociedade e entre si, em que o respetivo património responde apenas e exclusivamente perante as responsabilidades assumidas nas operações. No que toca ao risco de liquidez, todos os fluxos recebidos dos créditos adquiridos são passados aos detentores das notas, para cumprimento das responsabilidades. Adicionalmente, cada um dos veículos de titularização possui contas de *cash reserve* junto de instituições de crédito, de modo a suprirem eventuais problemas pontuais de liquidez no pagamento do serviço da dívida das notas, apresentando-se no quadro abaixo o detalhe das mesmas, designadamente o montante:

<u>Operações</u>	<u>Cash Reserve</u>
Atlantes Mortgages No. 2	8 091
Atlantes Mortgages No. 3	33 178
Atlantes Mortgages No. 4	40 037
Hipototta 13	33 686
Consumer Totta 1	5 790
	<u>120 782</u>

Numa análise direta ao perfil de liquidez da Sociedade, a evidenciar o *back-to-back* da rubrica do ativo Crédito concedido e outros saldos a receber (Nota 5) com a rubrica do passivo Responsabilidades representadas por títulos (Nota 11) no âmbito das operações de titularização realizadas, pelo que o risco de liquidez é inexistente, na medida em que a Sociedade não possui dívida financeira para além das notas de titularização emitidas, e que se encontram cobertas com os respetivos ativos.

Com efeito, excluindo as operações de titularização, em que existe o *back-to-back* entre ativos e passivos, o passivo financeiro assumido pela Sociedade diz respeito essencialmente ao valor de mercado negativo dos instrumentos derivados (1.827 milhares de euros) e ao valor das suas contas margem (8.770 milhares de euros). Do lado do ativo, a restante componente (ativo remunerado) diz respeito essencialmente a depósitos bancários constituídos no âmbito das operações de titularização, com um peso de cerca de 11% do total do ativo, bem como do valor de mercado positivo dos instrumentos derivados (7.484 milhares de euros).

25. Justo Valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é estimado sempre que possível recorrendo a cotações em mercado ativo. Um mercado é considerado ativo e líquido, quando atuam contrapartes igualmente conhecedoras e onde se efetuam transações de forma regular. Para instrumentos financeiros em que não existe mercado ativo, por falta de liquidez e ausência de transações regulares, são utilizados métodos e técnicas de avaliação para estimar o justo valor. Os instrumentos financeiros foram classificados por níveis de acordo com a hierarquia prevista na norma IFRS 13.

Instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe desta rubrica é o seguinte:

	31-12-2023			31-12-2022		
	Valor de Mercado ou Cotação	Análise de mercado	Outros	Valor de Mercado ou Cotação	Análise de mercado	Outros
Ativo						
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	7 484	-	-	22 404
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 827	-	-	-

Na construção do quadro acima indicado foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros mensurados com base em cotações de mercado ativo;
- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros mensurados com base em modelos internos utilizando *inputs* observáveis de mercado;
- Outros (Nível 3): nesta coluna estão incluídos instrumentos financeiros que são mensurados com recurso a variáveis não observáveis em mercado.

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

Prazo	31-12-2023		31-12-2022	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	4,19%	5,64%	1,74%	4,65%
1 mês	4,19%	5,60%	1,74%	4,66%
3 meses	4,04%	5,58%	2,12%	4,77%
6 meses	3,86%	5,41%	2,69%	4,97%
9 meses	3,63%	5,22%	3,03%	5,08%
1 ano	3,40%	5,03%	3,23%	5,12%
3 anos	2,56%	4,02%	3,31%	4,34%
5 anos	2,43%	3,79%	3,23%	4,03%
7 anos	2,44%	3,73%	3,20%	3,90%
10 anos	2,49%	3,71%	3,20%	3,83%

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe desta rubrica é o seguinte:

	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Ativo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	224 525	224 525	208 671	208 671
Crédito concedido e outros saldos a receber	1 819 885	1 828 238	2 164 066	2 164 066
Passivo				
Recursos de instituições financeiras	8 770	8 770	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	2 022 010	2 084 885	2 382 317	2 382 317

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, a Sociedade apura o respetivo justo valor com recurso a técnicas de valorização.

O justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros num cenário de venda ou de liquidação, não tendo sido determinado com esse objetivo.

As técnicas de valorização utilizadas pela Sociedade procuram ter por base as condições de mercado aplicáveis a operações similares na data de referência das demonstrações financeiras, nomeadamente o valor dos respetivos *cash flows* descontados com base nas taxas de juro consideradas mais apropriadas.

Para os créditos sem incumprimento de taxa variável e muito curto prazo, foi considerado que o valor de balanço corresponde à melhor aproximação de justo valor.

26. Análise detalhada das operações

Nesta nota são apresentados os detalhes de cada uma das operações de titularização.

A numeração das notas é sequencial e igual para todas as emissões de modo a facilitar a sua leitura. Deste modo podem existir operações cujas notas não são aplicáveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Gamma - Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.
 Demonstração da Posição Financeira Desagregada por Operação em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Montantes expressos em Milhares de Euros)

Notas	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal		
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	
Ativo													
Disponibilidades em outras instituições de crédito	26.1	14 620	9 295	39 936	38 536	44 274	48 420	-	-	-	-	98 830	96 251
Ativos financeiros detidos para negociação													
Derivados de Negociação	26.2	-	486	-	1 004	-	810	-	-	-	-	-	2 300
Ativos Financeiros ao custo amortizado													
Crédito concedido e outros saldos a receber	26.3	81 571	92 358	135 298	154 451	145 975	169 645	-	-	-	-	362 844	416 454
Outros Ativos													
Outros	26.4	11	53	199	51	238	65	-	-	-	-	448	169
Total do Ativo		96 202	102 192	175 433	194 042	190 487	218 940	-	-	-	-	462 122	515 174
Passivo													
Passivos financeiros detidos para negociação													
Derivados de Negociação	26.5	440	-	604	-	783	-	-	-	-	-	1 827	-
Passivos financeiros ao custo amortizado													
Recursos de instituições financeiras	26.6	5 220	-	1 840	-	1 710	-	-	-	-	-	8 770	-
Responsabilidades representadas por títulos	26.7	83 708	95 344	167 543	188 581	185 766	216 694	-	-	-	-	437 017	500 619
Outros passivos													
Outros	26.8	6 834	6 848	5 446	5 461	2 228	2 246	-	-	-	-	14 508	14 555
Total do Passivo		96 202	102 192	175 433	194 042	190 487	218 940	-	-	-	-	462 122	515 174
Operações Desagregadas													
		Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1			Total		
		31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022		31-12-2023	31-12-2022	
Ativo													
Disponibilidades em outras instituições de crédito	26.1	-	-	89 977	78 275	65	63	27 869	26 752		216 741	201 341	
Ativos financeiros detidos para negociação													
Derivados de Negociação	26.2	-	-	-	-	-	-	7 484	20 104		7 484	22 404	
Ativos Financeiros ao custo amortizado													
Crédito concedido e outros saldos a receber	26.3	-	-	916 462	1 127 623	-	-	540 579	619 989		1 819 885	2 164 066	
Outros Ativos													
Outros	26.4	-	-	1 724	605	53	32	1 097	8 609		3 322	9 415	
Total do Ativo		-	-	1 008 163	1 206 503	118	95	577 029	675 454		2 047 432	2 397 226	
Passivo													
Passivos financeiros detidos para negociação													
Derivados de Negociação	26.5	-	-	-	-	-	-	-	-		1 827	-	
Passivos financeiros ao custo amortizado													
Recursos de instituições financeiras	26.6	-	-	-	-	-	-	-	-		8 770	-	
Responsabilidades representadas por títulos	26.7	-	-	1 007 896	1 206 193	107	82	576 990	675 423		2 022 010	2 382 317	
Outros passivos													
Outros	26.8	-	-	267	310	11	13	39	31		14 825	14 909	
Total do Passivo		-	-	1 008 163	1 206 503	118	95	577 029	675 454		2 047 432	2 397 226	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Gamma - Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.
 Demonstração dos Resultados desagregada por operação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Montantes expressos em Milhares de Euros)

	Notas	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal	
		31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Rendimentos de juros	26.9	3 670	627	6 261	933	7 145	1 268	-	(18)	-	8	17 076	2 818
Encargos por Juros	26.9	(3 691)	(989)	(6 321)	(1 256)	(7 364)	(1 700)	-	(3 683)	-	(3 366)	(17 376)	(10 994)
Margem financeira		(21)	(362)	(60)	(323)	(219)	(432)	-	(3 701)	-	(3 358)	(300)	(8 176)
Rendimentos de serviços e comissões	26.10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	26.10	(155)	(176)	(277)	(517)	(296)	(627)	-	(87)	-	(78)	(728)	(1 485)
Resultados em operações financeiras	26.11	(534)	530	(776)	989	(677)	890	-	41	-	(1 983)	(1 987)	467
Outros resultados de exploração	26.12	640	(345)	947	(520)	1 055	(599)	-	1 482	-	3 325	2 642	3 343
Produto da atividade		(70)	(353)	(166)	(371)	(137)	(768)	-	(2 265)	-	(2 094)	(373)	(5 851)
Gastos gerais administrativos	26.13	(103)	(78)	(208)	(73)	(126)	(94)	-	(56)	-	(31)	(437)	(332)
Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado	26.14	173	431	374	444	263	862	-	2 321	-	2 125	810	6 183
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

		Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1		Total			
		31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022		
Rendimentos de juros	26.9	-	3	42 978	13 592	434	342	68 817	11 005	-	-	129 305	27 760
Encargos por Juros	26.9	-	(303)	(42 072)	(12 714)	(577)	(376)	(48 381)	(5 440)	-	-	(108 406)	(29 827)
Margem financeira		-	(300)	906	878	(143)	(34)	20 436	5 565	-	-	20 899	(2 067)
Rendimentos de serviços e comissões	26.10	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	-
Encargos com serviços e comissões	26.10	-	(73)	(1 295)	(1 844)	(162)	(318)	(953)	(247)	-	-	(3 138)	(3 967)
Resultados em operações financeiras	26.11	-	4 562	(35)	(196)	-	-	(12 066)	9 409	-	-	(14 088)	14 242
Outros resultados de exploração	26.12	-	(5 390)	(555)	(1 895)	(528)	(1 691)	18 950	(9 009)	-	-	20 509	(14 642)
Produto da atividade		-	(1 201)	(979)	(3 057)	(833)	(2 043)	26 367	5 718	-	-	24 182	(6 434)
Gastos gerais administrativos	26.13	-	(45)	(80)	(78)	(43)	(54)	(116)	(18)	-	-	(676)	(527)
Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado	26.14	-	1 246	1 059	3 135	876	2 097	(26 251)	(5 700)	-	-	(23 506)	6 961
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Gamma - Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Montantes expressos em Milhares de Euros)

	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Atividades operacionais												
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	5 293	(1 320)	2 132	(608)	2 287	(749)	-	(218)	-	(175)	9 712	(3 069)
<i>Fluxos das atividades operacionais</i>	5 293	(1 320)	2 132	(608)	2 287	(749)	-	(218)	-	(175)	9 712	(3 069)
Atividades de investimento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Ativos financeiros detidos para negociação	655	369	1 386	354	1 247	671	-	(12)	-	(6)	3 288	1 376
Ativos Financeiros ao custo amortizado	13 988	13 341	24 170	21 208	29 422	25 369	-	165 338	-	130 766	67 580	356 022
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	14 643	13 710	25 556	21 562	30 669	26 040	-	165 326	-	130 760	70 868	357 398
Atividades de financiamento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Passivos financeiros ao custo amortizado	(14 611)	(14 690)	(26 378)	(26 365)	(37 213)	(31 504)	-	(214 919)	-	(177 358)	(78 202)	(464 836)
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	(14 611)	(14 690)	(26 378)	(26 365)	(37 213)	(31 504)	-	(214 919)	-	(177 358)	(78 202)	(464 836)
Variação da caixa e seus equivalentes	5 325	(2 300)	1 310	(5 411)	(4 256)	(6 213)	-	(49 810)	-	(46 773)	2 378	(110 507)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	9 295	11 595	38 536	43 947	48 420	54 633	-	49 810	-	46 773	96 251	206 758
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	14 620	9 295	39 846	38 536	44 164	48 420	-	-	-	-	98 629	96 251

	Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1		Total			
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022		
Atividades operacionais												
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	-	(551)	166	(2 040)	(220)	(587)	1 049	(156)	-	-	10 706	(6 403)
<i>Fluxos das atividades operacionais</i>	-	(551)	166	(2 040)	(220)	(587)	1 049	(156)	-	-	10 706	(6 403)
Atividades de investimento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Ativos financeiros detidos para negociação	-	(13)	-	-	-	-	7 483	(10 695)	-	-	10 771	(9 332)
Ativos Financeiros ao custo amortizado	-	102 912	252 153	181 565	1 970	2 559	105 930	(623 185)	-	-	427 633	19 873
<i>Fluxos das atividades de investimento</i>	-	102 899	252 153	181 565	1 970	2 559	113 413	(633 880)	-	-	438 404	10 541
Atividades de financiamento												
Recebimentos / (pagamentos) respeitantes a:												
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	(112 748)	(240 840)	(187 895)	(1 749)	(2 079)	(113 345)	660 788	-	-	(434 137)	(106 770)
<i>Fluxos das atividades de financiamento</i>	-	(112 748)	(240 840)	(187 895)	(1 749)	(2 079)	(113 345)	660 788	-	-	(434 137)	(106 770)
Variação da caixa e seus equivalentes	-	(10 400)	11 479	(8 370)	1	(107)	1 117	26 752	-	-	14 973	(102 632)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	-	10 400	78 275	86 645	63	170	26 752	-	-	-	201 343	303 973
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	-	-	89 754	78 275	64	63	27 869	26 752	-	-	216 316	201 341

a) Operação Atlantes Mortgages No. 2

Em março de 2008 foi assegurada a gestão da Atlantes Mortgages No. 2, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif.

Esta operação, estruturada em 2008 pelo Grupo Banif envolveu inicialmente a compra ao Banif de uma carteira de cerca de 375 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações “Atlantes Mortgages No. 2” no montante de 391 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado “Atlantes Mortgages No. 2”.

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating S&P	Rating DBRS
Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	349 100	2008	2060	Trimestral	Euribor 3M+0,33%	AA+	AA+	AAA (sf)
Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	18 400	2008	2060	Trimestral	Euribor 3M+0,95%	AA+	AA+	Unrated
Class C Mortgage-Backed Floating Rate Notes	7 500	2008	2060	Trimestral	Euribor 3M+1,65%	A+	A+	Unrated
Class D Notes	16 125	2008	2060	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2060, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

b) Operação Atlantes Mortgages No. 3

Em outubro de 2008 foi assegurada a gestão da Atlantes Mortgages No. 3, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif.

Esta operação, estruturada em outubro de 2008 pelo Grupo Banif envolveu inicialmente a compra ao Banif de uma carteira de cerca de 600 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações “Atlantes Mortgages No. 3” no montante de 624 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado de “Atlantes Mortgages No. 3”.

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating S&P	Rating DBRS
Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	558 600	2008	2061	Trimestral	Euribor 3M+0,2%	AA+	AA+	AAA
Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	41 400	2008	2061	Trimestral	Euribor 3M+0,5%	Unrated	Unrated	Unrated
Class C Notes	57 668	2008	2061	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2061, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

c) Operação Atlantes Mortgages No. 4

Em fevereiro de 2009 foi assegurada a gestão da Atlantes Mortgages No. 4, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banif.

Esta operação, estruturada em fevereiro de 2009 pelo Grupo Banif, envolveu inicialmente a compra ao Banif de uma carteira de cerca de 550 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações “Atlantes Mortgages No. 4” no montante de 566,5 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado de “Atlantes Mortgages No. 4”.

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating S&P	Rating DBRS
Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	514 250	2009	2064	Trimestral	Euribor 3M+0,15%	AA+	AA+	AAA
Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	35 750	2009	2064	Trimestral	Euribor 3M+0,3%	Unrated	Unrated	Unrated
Class C Notes	74 250	2009	2064	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2064, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

d) Operação Hipototta 13

Em janeiro de 2018 foi assegurada a gestão do Hipototta 13, operação de titularização de crédito imobiliário originado pelo Banco.

Esta operação envolveu a compra ao Banco de uma carteira de cerca de 2.200 milhões de euros de crédito imobiliário sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações “Hipototta 13” no montante de 2.266 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos imobiliários. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado “Hipototta 13”.

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating DBRS
Class A Mortgage-Backed Floating Rate Notes	1 716 000	2018	2072	Trimestral	Euribor 3M+0,6%	A+ (sf)	AA (low) (sf)
Class B Mortgage-Backed Floating Rate Notes	484 000	2018	2072	Trimestral	Euribor 3M+1%	Unrated	Unrated
Class C Notes	66 000	2018	2072	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated
Class VFN Notes	0,001	2018	2072	Trimestral	Residual	Unrated	Unrated

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2072, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

e) Operação Consumer Totta 1

Em setembro de 2022 foi assegurada a gestão do Consumer Totta 1, operação de titularização de crédito ao consumo originado pelo Banco.

Esta operação envolveu a compra ao Banco de uma carteira de cerca de 687 milhões de Euros de crédito ao consumo sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações “Consumer Totta 1” no montante de 666 milhões de Euros. A operação contempla um período de *Revolving* de um ano, durante o qual a Gamma poderá adquirir mais créditos ao Originador. A Emissão foi repartida em sete classes, com diferentes níveis de subordinação e rating e, conseqüentemente de remuneração. As Classes de A a E são colateralizadas por esse mesmo portfólio de créditos ao consumo, enquanto a Classe F foi utilizada para financiar a *Cash Reserve*. A Classe X foi utilizada para financiar custos *upfront* e será remunerada através do *Excess Spread*, seguindo a prioridade de pagamento dos juros definida na operação. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado “Consumer Totta 1”.

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating Fitch	Rating Moody's
Class A Asset-Backed Floating Rate Notes	520 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+0,8%	AA+ (sf)	Aa2
Class B Asset-Backed Floating Rate Notes	25 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+1,1%	AA- (sf)	A3 (sf)
Class C Asset-Backed Floating Rate Notes	40 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+2%	A (sf)	Baa3
Class D Asset-Backed Floating Rate Notes	25 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+8%	BB+ (sf)	Ba2
Class E Asset-Backed Floating Rate Notes	40 000	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+11,85%	-	-
Class F Notes	6 500	2022	2033	Trimestral	Euribor 3M+12,5%	-	-
Class X Notes	9 430	2022	2033	Trimestral	Residual	-	-

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2033, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

f) Operação Fénix

Em dezembro de 2014 foi assegurada a gestão da Fénix, operação de titularização de crédito originado pelo BPN Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A., atual 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A..

Esta operação, estruturada pelo Grupo Banif, envolveu inicialmente a compra ao BPN Crédito, atual 321 Crédito de uma carteira de cerca de 50,9 milhões de euros de crédito sendo que, para se financiar, a Gamma emitiu as obrigações “Fénix 1” no montante de 50,95 milhões de euros que são garantidas por esse mesmo conjunto de créditos. A componente do crédito, das obrigações assim como todas as contabilizações inerentes a esta operação estão segregadas nas contas da Gamma por um centro denominado de “Fénix”.

As características das obrigações emitidas são apresentadas no mapa abaixo:

Descrição	Valor Nominal (M. Euros)	Ano Emissão	Ano Reembolso	Periodicidade Juros	Taxa de Juro	Rating S&P
Fénix 1 Asset-Backed Notes due 2037	50 950	2014	2037	Trimestral	NA	Unrated

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Os valores recebidos dos ativos adquiridos são veiculados para o conjunto de responsabilidades da operação de acordo com os termos da mesma. Qualquer excesso dos valores gerados pelos ativos será pago ao detentor das obrigações e qualquer insuficiência será assumida pelo mesmo na data de cancelamento das mesmas no ano 2037, não existindo resultados nas contas de exploração da Sociedade.

26.1 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Depósitos à ordem	14 620	9 295	39 845	38 536	44 164	48 420	-	-	-	-	98 629	96 251
Rendimentos a receber	-	-	91	-	110	-	-	-	-	-	201	-
	14 620	9 295	39 936	38 536	44 274	48 420	-	-	-	-	98 830	96 251
	Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1				Total	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Depósitos à ordem	-	-	89 754	78 275	64	63	27 869	26 752	-	-	216 316	201 341
Rendimentos a receber	-	-	223	-	1	-	-	-	-	-	425	-
	-	-	89 977	78 275	65	63	27 869	26 752	-	-	216 741	201 341

26.2 Ativos financeiros detidos para negociação – Derivados de Negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Interest Rate Swap	-	486	-	1 004	-	810	-	-	-	-	-	2 300
	Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1				Total	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Interest Rate Swap	-	-	-	-	-	-	7 484	20 104	-	-	7 484	22 404

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação é movimentada pelas variações positivas no justo valor dos IRS.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos IRS, é o seguinte:

Operação	Data início	Data vencimento	Nominal	31-12-2023		31-12-2022	
				Justo valor	Justo valor	Nominal	Positivo
				Positivo	Negativo		Positivo
				(Nota 26.5)			
Atlantes Mortgages No. 2	05-03-2008	21-09-2060	82 250	-	(440)	96 160	486
Atlantes Mortgages No. 3	30-11-2008	20-08-2061	138 923	-	(604)	157 442	1 004
Atlantes Mortgages No. 4	16-02-2009	20-12-2064	147 018	-	(783)	177 058	810
Consumer Totta 1	30-09-2022	28-03-2028	563 303	7 484	-	628 207	20 104
			931 495	7 484	(1 827)	1 058 867	22 404

26.3 Ativos financeiros ao custo amortizado – Crédito concedido e outros saldos a receber

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Capital vincendo	81 591	92 614	136 085	154 958	146 073	169 584	-	-	-	-	363 749	417 156
Juros mensuralizados	213	102	330	161	739	602	-	-	-	-	1 282	865
Capital e juros vencidos	1 067	1 121	719	1 643	872	1 431	-	-	-	-	2 658	4 195
Imparidade	(1 300)	(1 479)	(1 836)	(2 311)	(1 709)	(1 972)	-	-	-	-	(4 845)	(5 762)
	81 571	92 358	135 298	154 451	145 975	169 645	-	-	-	-	362 844	416 454

Descrição	Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1		Total	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Capital vincendo	-	-	916 530	1 130 242	4 890	5 768	567 103	623 595	1 852 272	2 176 761
Juros mensuralizados	-	-	4 055	3 650	13	8	2 034	1 973	7 384	6 496
Capital e juros vencidos	-	-	2 440	1 388	726	728	3 084	121	8 908	6 432
Imparidade	-	-	(6 563)	(7 657)	(5 629)	(6 504)	(31 642)	(5 700)	(48 679)	(25 623)
	-	-	916 462	1 127 623	-	-	540 579	619 989	1 819 885	2 164 066

A rubrica de “Ativos financeiros ao custo amortizado – crédito concedido e outros saldos a receber” regista o valor nominal dos créditos adquiridos deduzidos dos valores referentes aos recebimentos de capital, entretanto ocorridos, acrescido dos juros mensuralizados e deduzindo o montante de imparidades.

O movimento das imparidades durante o exercício de 2023, foi o seguinte:

	31-12-2022	(Reversão)/Dotação	Utilizações/Outros	31-12-2023
Atlantes Mortgages nº 2		1 479	(173)	1 300
Atlantes Mortgages nº 3		2 311	(374)	1 836
Atlantes Mortgages nº 4		1 972	(263)	1 709
Hipototta 13		7 657	(1 059)	6 563
Consumer Totta 1		5 700	26 251	31 642
Fénix		6 504	(876)	5 629
	25 623	23 506	(450)	48 679

A imparidade para o crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do reporte determinada de acordo com a avaliação da evidência objetiva de imparidades.

26.4 Outros ativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Devedores diversos	11	53	199	51	238	65	-	-	-	-	448	169

Descrição	Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1		Total	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Devedores diversos	-	-	1 724	605	53	32	1 097	8 609	3 322	9 415

26.5 Passivos financeiros detidos para negociação – Derivados de Negociação

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Interest Rate Swap	440	-	604	-	783	-	-	-	-	-	1 827	-
	Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1				Total	
	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	30-06-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022			31-12-2023	31-12-2022
Interest Rate Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 827	-

A rubrica de Passivos financeiros detidos para negociação é movimentada pelas variações negativas no justo valor dos IRS.

O detalhe por derivado e por operação é apresentado na Nota 26.2.

26.6 Passivos financeiros ao custo amortizado – Recursos de instituições financeiras

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Recursos de instituições financeiras	5 220	-	1 840	-	1 710	-	-	-	-	-	8 770	-
	Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1				Total	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022			31-12-2023	31-12-2022
Recursos de instituições financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8 770	-

Os valores constantes desta rubrica correspondem às contas margens exigidas no âmbito da operativa de instrumentos derivados contratados pelas operações. Durante o exercício de 2022 a sociedade procedeu à novation dos contratos de Instrumentos financeiros derivados para o Banco Santander, S.A..

26.7 Passivos financeiros ao custo amortizado - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages No. 2		Atlantes Mortgages No. 3		Atlantes Mortgages No. 4		Atlantes Mortgages No. 5		Atlantes Mortgages No. 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Obrigações emitidas	89 175	100 220	171 125	191 524	184 868	214 812	-	-	-	-	445 168	506 556
Juros mensuralizados	138	83	681	363	198	124	-	-	-	-	1 017	570
Outros	(5 605)	(4 959)	(4 263)	(3 306)	700	1 758	-	-	-	-	(9 168)	(6 507)
	83 708	95 344	167 543	188 581	185 766	216 694	-	-	-	-	437 017	500 619
	Azor Mortgages No. 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1				Total	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022			31-12-2023	31-12-2022
Obrigações emitidas	-	-	992 512	1 200 483	19 977	21 149	586 419	665 930			2 044 076	2 394 118
Juros mensuralizados	-	-	14 264	5 062	-	-	378	298			15 659	5 930
Despesas de emissão	-	-	-	-	(175)	(175)	-	-			(175)	(175)
Outros	-	-	1 120	648	(19 695)	(20 892)	(9 807)	9 195			(37 550)	(17 556)
	-	-	1 007 896	1 206 193	107	82	576 990	675 423			2 022 010	2 382 317

O detalhe das obrigações à data de 31 de dezembro de 2023 encontra-se na Nota 11. A rubrica "Outros" regista o decréscimo estimado a pagar nas obrigações resultantes de diferenças entre os ativos totais e os passivos totais da operação, sendo que o saldo a 31 de dezembro de 2023 representa o valor a ser assumido pelos detentores dos títulos emitidos caso as operações fossem encerradas àquela data.

A rubrica de Gastos gerais administrativos inclui os valores relacionados com *rating*, serviços jurídicos e outros custos associados à operação.

26.14 Imparidade líquida de ativos financeiros ao custo amortizado

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Atlantes Mortgages nº 2		Atlantes Mortgages nº 3		Atlantes Mortgages nº 4		Atlantes Mortgages nº 5		Atlantes Mortgages nº 7		Subtotal	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Reforços de imparidade	(196)	-	(266)	-	(263)	-	-	-	-	-	(725)	-
Reversões de imparidade	107	248	181	153	156	247	-	2 321	-	2 125	444	5 094
Outros	(6)	(17)	(100)	-	-	-	-	-	-	-	(106)	(17)
Imparidade de venda de créditos	267	200	559	291	369	615	-	-	-	-	1 195	1 106
	173	431	374	444	263	862	-	2 321	-	2 125	810	6 183

	Azor Mortgages nº 2		Hipototta 13		Fénix		Consumer Totta 1		Total	
	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2023	31-12-2022
Reforços de imparidade	-	-	(1 589)	-	-	(6 732)	(26 648)	(5 700)	(28 962)	(12 432)
Reversões de imparidade	-	1 246	2 616	2 814	876	8 829	-	-	3 936	17 983
Outros	-	-	(35)	-	-	-	(309)	-	(450)	(17)
Imparidade de venda de créditos	-	-	67	321	-	-	705	-	1 967	1 427
	-	1 246	1 059	3 135	876	2 097	(26 251)	(5 700)	(23 506)	6 961

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

RELATÓRIOS E PARECERES



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (a Sociedade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 2.057.918 milhares de euros e um total de capital próprio de 7.702 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 372 milhares de euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Gamma – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISAs”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Perdas por imparidade dos ativos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros saldos a receber

Mensuração e divulgações relacionadas com as perdas por imparidade dos ativos financeiros ao custo amortizado - crédito concedido e outros saldos a receber no âmbito de operações de titularização sob gestão apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.4, 5, 21, 24.1, 25 e 26 às demonstrações financeiras da Sociedade

A significativa expressão da rubrica de crédito concedido e outros saldos a receber adquiridos no âmbito das operações de titularização sob gestão da Sociedade, e das perdas por imparidade de crédito que lhe estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos complexos por parte do órgão de gestão da Sociedade no que respeita à identificação de clientes com aumento significativo de risco de crédito ou em situação de incumprimento (“*default*”), bem como do correspondente montante de perdas por imparidade, justificam que estas tenham constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Em 31 de dezembro de 2023 o valor bruto do crédito concedido e outros saldos a receber ascende a 1.868.564 milhares de euros e as respetivas perdas por imparidade reconhecidas a essa data ascendem a 46.032 milhares de euros.

As perdas por imparidade de crédito das operações de titularização sob gestão da Sociedade são reconhecidas com base nas taxas de imparidade apuradas pelos originadores/*servicers* dessas operações, de acordo com os requisitos da IFRS 9, para as carteiras de crédito titularizadas e/ou para carteiras de crédito com características semelhantes aos créditos titularizados, tendo em conta o montante das responsabilidades de cada operação de crédito e a existência de indícios de aumento significativo de risco de crédito desde a concessão da operação ou de incumprimento.

Para as exposições mais significativas, avaliadas em termos do montante total de responsabilidades e da eventual existência de indícios de incumprimento, os originadores/*servicers* desenvolvem um processo de análise individual que inclui uma análise individual de *staging*, no sentido de corroborar a atribuição

Os principais procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a:

- (i) análise das políticas contabilísticas e divulgações adicionais disponibilizadas pelos originadores/*servicers* das operações de titularização e a confirmação junto dos mesmos que as políticas seguidas e os modelos de imparidade desenvolvidos cumprem os requisitos previstos na IFRS 9;
- (ii) análise da reconciliação entre os registos contabilísticos da Sociedade e a informação contida nos reportes efetuados pelos originadores/*servicers* das operações de titularização;
- (iii) confirmação direta, junto dos originadores/*servicers* das operações de titularização, da composição da carteira de crédito à data de 31 de dezembro de 2023, incluindo os respetivos valores de capital e juros vencidos, capital e juros vencidos e imparidade;
- (iv) revisão analítica das perdas por imparidade da carteira de crédito, tomando em consideração o tipo de crédito concedido, os colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, a antiguidade e o comportamento dos créditos em mora e a imparidade média da carteira de crédito do originador para ativos similares;
- (v) apreciação da razoabilidade das perdas por imparidade em 31 de dezembro de 2023 considerando os indícios de aumentos significativos de risco de crédito ou situações de incumprimento verificados para as operações de crédito em carteira à data de balanço; e

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

indicativa de *stage* automático (*stages* 1, 2 e 3), e uma análise individual de quantificação de imparidade. Neste último caso, a análise é realizada para as exposições classificadas em *stage* 3, sendo o montante de imparidade apurado através da análise detalhada da posição económica e financeira de cada cliente, tendo por referência: (i) a estimativa dos fluxos de caixa que poderão no futuro gerar para o cumprimento das suas responsabilidades; ou (ii) a avaliação atribuída aos colaterais recebidos no âmbito da concessão de crédito, sempre que se antecipe a sua recuperação por via da dação, execução e/ou venda desses mesmos colaterais, deduzida dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Para as exposições não abrangidas pela análise individual, os originadores/*servicers* desenvolvem modelos de análise coletiva para apuramento das perdas esperadas de imparidade, à luz dos requisitos da IFRS 9, que incluem nomeadamente a classificação das exposições por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data da sua concessão, e não em função do risco de crédito à data de relato (*stages* 1, 2 ou 3). Estes modelos baseiam-se na informação histórica interna de *defaults* e recuperações e, por forma a serem representativos do atual contexto económico e simultaneamente incorporarem uma perspetiva da evolução económica futura, também utilizam informação prospetiva disponível acerca de um conjunto de variáveis relevantes, tais como por exemplo: (i) a taxa prevista de crescimento do PIB; (ii) a taxa esperada de desemprego; (iii) a evolução da Euribor; e/ou (iv) as perspetivas para o mercado imobiliário. Tendo por base estes dados macroeconómicos, são desenvolvidos cenários potenciais que permitem ajustar, com base numa probabilidade de ocorrência, as estimativas de perda esperada em cada segmento da carteira de crédito.

A especificidade e a incerteza da atual conjuntura macroeconómica e geopolítica originaram um acréscimo de complexidade na determinação das perdas por imparidade. Nestas circunstâncias, os modelos internos desenvolvidos pelos originadores/*servicers* foram adaptados de forma a incorporar novos critérios e outros julgamentos, em concreto a atualização da informação prospetiva, através de um ajustamento aos modelos (*post model adjustments*), de modo a refletir os potenciais *efeitos* do atual contexto macroeconómico adverso, pautado

(vi) análise da carteira de crédito, comparando a sua evolução durante o ano de 2023 com os relatórios mensais preparados pelos originadores/*servicers* das operações, e compreensão da visão dos responsáveis da Sociedade quanto a eventuais mudanças em termos da natureza das exposições e do perfil e qualidade de risco de crédito da carteira sob sua gestão.

Sempre que necessário, procurámos obter junto da Gestão da Sociedade esclarecimentos adicionais sobre algum pressuposto utilizado pelos originadores/*servicers* na mensuração das perdas por imparidade da carteira de crédito adquirida no âmbito das referidas operações de titularização sob sua gestão.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o crédito e outras contas a receber, bem como as respetivas perdas por imparidade, constantes das notas anexas às demonstrações financeiras da Sociedade, tendo em conta as normas contabilísticas aplicáveis e em vigor.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

pela persistência de um elevado grau de incerteza geopolítica, com riscos predominantemente de natureza externa, bem como o reflexo da relação esperada dessa informação com os parâmetros de risco dos modelos de análise coletiva desenvolvidos pelos originadores/*servicers*.

Tendo em conta o exposto, alterações nos pressupostos ou metodologias utilizadas pelos originadores/*servicers* das operações de titularização sob gestão da Sociedade na análise e quantificação das perdas por imparidade da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber, bem como diferentes estratégias de recuperação, condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o timing do seu recebimento, e podem ter impactos relevantes no montante de perdas por imparidades apurado em cada momento.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão e relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas

não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser

percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros, a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Sociedade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de maio de 2014 para o exercício de 2014, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 22 de dezembro de 2022 para o mandato compreendido entre 2023 e 2025;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade em 30 de abril de 2024; e
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

30 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903
Registado na CMVM com o n.º 20160522

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício de 2023

O presente Relatório Anual da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2023, bem como o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da GAMMA – SOCIEDADE DE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A. (“GAMMA” ou “Empresa”), são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

O Conselho Fiscal realizou oito reuniões em 2023 e três reuniões em 2024 até à presente data, reuniões essas em que, para além da participação de todos os seus membros, foi possível contar, em algumas delas, com a presença da Presidente do Conselho de Administração e do Administrador, do Revisor Oficial de Contas ou dos seus representantes, da representante do Departamento de Finanças Corporativas, representantes da empresa responsável pelos serviços de contabilidade da GAMMA e, em função das matérias tratadas em cada reunião do Conselho Fiscal, com a presença de diversos responsáveis do Grupo Santander, nomeadamente a *Controller* e o Diretor Coordenador da Auditoria Interna. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos membros do Conselho Fiscal para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade da Empresa, realizaram-se contactos pontuais com responsáveis da GAMMA e do Revisor Oficial de Contas sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve representado, através do seu Presidente, na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2023, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam:

- a) Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da GAMMA ao longo do ano, mediante a leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, da informação periódica recebida sobre a atividade e resultados da Empresa e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido toda a informação e esclarecimentos solicitados.

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MLT

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

- b) Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pela CMVM enquanto entidade supervisora, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.
- c) Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, auditoria interna, *compliance* e controlo interno.
- d) Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na preparação da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados e fiscalizado o processo de divulgação.
- e) Foram analisados e debatidos com os responsáveis da GAMMA o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras, incluindo o Anexo ao Relatório de Gestão, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante daqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da GAMMA,
- f) Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes do processo de revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram também apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, em particular a Matéria relevante de auditoria como tal identificada no processo de revisão legal das contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.
- g) O Conselho Fiscal, no decurso do ano de 2023 e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 5º do Regulamento nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014 e na alínea e) do nº 3 do art.º 3º da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro, analisou vinte propostas de prestação de serviços adicionais solicitadas pelo Banco Santander Totta, S.A., sendo que duas delas tiveram por origem pedidos do Banco de Portugal por parte do Revisor Oficial de Contas. Em todos os casos mencionados foi emitido parecer favorável, após se constatar que tais serviços não seriam proibidos e não colocariam em causa a independência do Revisor Oficial de Contas.

No decurso da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da GAMMA, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da GAMMA.

DS
JAD

DS
ADLES

DS
MAT

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto, e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da GAMMA – SOCIEDADE DE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A., as quais compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de alterações nos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da GAMMA no fim do exercício de 2023, e ao modo como se desenrolou a sua atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da GAMMA – SOCIEDADE DE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS, S.A., aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2023;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão.

Lisboa, 30 de abril de 2024

O CONSELHO FISCAL

DocuSigned by:

José Assunção Dias

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

DocuSigned by:

Henrique de Carvalho e Silva

Henrique Salema de Carvalho e Silva (Vogal)

DocuSigned by:

Marta Alarcão Troni

Marta Sobreira Reis Alarcão Troni (Vogal)

GAMMA

Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.